



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 28 - Nº 534 - DE 7 A 21 DE JANEIRO DE 2017 - R\$ 4,00

2017, ano de luta contra o governo golpista de Temer

Abaixo as reformas antinacional e antipopular



Chacina de Manaus - retrato da barbárie capitalista
Toda responsabilidade é da burguesia e seus governos
Constituir um Tribunal Popular

Resolução da ONU não acaba com o colonialismo sionista

Por um só Estado socialista na Palestina



Nossas tarefas

O ano que acabou ficou marcado pelo golpe que derrubou o governo de Dilma Rousseff e enxotou o PT do poder. A Operação Lava Jato, sem dúvida, também guarda um lugar especial. No entanto, sua maior importância reside no fato de ter sido um instrumento decisivo para a consecução do golpe institucional. Não tardará para que suas limitações se evidenciem.

É compreensível que a imprensa monopolista aplauda os feitos do Ministério Público Federal e, em especial, do juiz Sérgio Moro. Ao final das contas, a peripécia mais importante foi a de ter caçado o PT e ajudado a pintá-lo aos olhos da população como o mais corrupto dos corruptos. O retrato montado fez do PSDB, PMDB, DEM e todos os demais partidos reles punquistas, se comparados com o profissionalismo do PT na arte de corromper, subornar e saquear.

Assim como na Itália, com a Operação Mãos Limpas, na década de 90, a Operação Lava Jato terá efeitos circunstanciais. A corrupção é inerente ao Estado e à política burguesa. De maneira que o processo do impeachment, a derrubada do governo eleito e a constituição do governo golpista marcaram profundamente o ano de 2016. Para ser mais exato, é preciso considerar os feitos de Michel Temer, o movimento de resistência e os limites impostos pela política de conciliação de classes do próprio PT.

Em poucos meses no poder e em meio à continuidade da crise política, o governo fez com que o Congresso Nacional aprovasse a PEC do Teto, a MP da reforma do ensino médio e Lei Complementar do ajuste fiscal dos estados (vetou as alterações introduzidas pelos deputados). Lançou a reforma da previdência e a mini reforma trabalhista. No apagar de dezembro, anunciou a MP que modifica a lei da reforma agrária. De conjunto, as medidas expressam a política antinacional e antipopular da nova aliança burguesa que se apoderou do poder.

O movimento de ocupação de escolas estaduais e universidades, as manifestações do funcionalismo no Rio de Janeiro, os protestos em São Paulo e outros estados não permitiram que o governo golpista sentasse tranquilamente na cadeira da presidência e assinasse a PEC e as MPs. Indicaram o caminho da resistência, mas não puderam se potencializar devido à ausência do proletariado nas lutas. A burocracia sindical colaborou abertamente com os capitalistas que demitiram milhares e milhares de trabalhadores.

Em particular, a direção da CUT se mancomunou com as montadoras e empresas de autopeças. Os acordos de flexibilização capitalista do trabalho e os PDVs amarraram os pés e as mãos da classe operária. Nessa mesma linha, os sindicatos dos petroleiros ajudaram o governo e a burocracia da estatal a fechar milhares de postos de trabalho. É também o que se passa com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Isso explica a facilidade com que o governo golpista, isolado

da população e mergulhado na crise política, pôde ser pródiogo em seu objetivo reacionário. A política de conciliação de classes e de submissão ao grande capital esteve na base do fracasso do governo petista e da incapacidade para enfrentar o golpismo. Esse é o ponto central do balanço sobre o ano que fecha e que se projeta em 2017.

O primeiro e o segundo dia do ano novo foram abalados pela rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus. Resultou em 56 mortes. Inúmeros corpos foram decapitados, esquartejados e incinerados. A guerra entre facções do narcotráfico pelo mercado das drogas é somente uma parte da explicação de tamanha tragédia. Em suas raízes, se encontra o capitalismo em decomposição. Acontecimento como esse retrata a que ponto da barbárie o Brasil chegou. A burguesia e seu Estado não conseguem brear o seu avanço. Pelo contrário, as medidas econômicas e sociais de Temer a impulsionarão. Somente a luta socialista da maioria nacional oprimida, sob a direção da classe operária, poderá superar a decomposição capitalista.

A CUT e seus aliados da Frente Brasil Popular prometeram organizar a luta nacional contra a reforma da previdência e trabalhista. O movimento dos sem-terra precisa definir muito bem o que vai fazer, uma vez que a MP da “reforma da reforma agrária” liquida a política dos assentamentos. É preciso tomar as declarações esquerdizantes da burocracia sindical e dos movimentos com muito cuidado. Na base de sua política, está a prática da con-



Chacina no Amazonas: Barbárie capitalista

ciliação de classes, sujeição ao Congresso Nacional e as ambições eleitorais.

A classe operária terá de romper a camisa de força do colaboracionismo burguês e pequeno-burguês, que impede a defesa das reivindicações próprias dos explorados, impossibilita a organização de um movimento nacional de frente única de ação e bloqueia a sua revolta instintiva contra a classe capitalista. Não temos dúvida de que o PT usará as necessidades dos explorados para canalizar o descontentamento para a estratégia eleitoral.

Uma das tarefas é a luta pela independência de classe dos explorados diante de todas as variantes da política burguesa e pequeno-burguesa. O que exige desmascarar a estratégia democratizante, que oculta a ditadura de classe da burguesia e a preservação do capitalismo. E desenvolver a estratégia revolucionária do proletariado. Os explorados a compreenderão a partir da defesa de suas reivindicações e da luta pela derrubada das medidas antinacionais e antipopulares do governo golpista. Está colocada de imediato a campanha local, regional e nacional contra as demissões, pelo emprego e salários. O que implica a tarefa de exigir a convocação das assembleias, organizar os comitês de base e impulsionar o movimento grevista.

“Reforma da reforma agrária” de Temer Como responder?

Sob a estapafúrdia bandeira de “reforma da reforma agrária”, o governo golpista editou a MP 759. Duas mudanças fundamentais: 1) emissão de titulação mediante a compra da terra pelos assentados; 2) controle do cadastro e seleção pelo Estado sem a intermediação do movimento dos sem-terra. No primeiro caso, os camponeses poderão quitar o título de domínio em 10 anos, ou pagar à vista como desconto estipulado. No segundo, a mudança na lei facultou assentamentos sem que os camponeses tenham de estar acampados e atribuiu aos municípios a decisão de quem será ou não selecionado, segundo um cadastro municipal.

Uma das primeiras medidas de Michel Temer foi a de extinguir o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Indicou que não haveria prioridade ao atendimento das reivindicações do movimento dos sem-terra. A MP 759, agora, revela que se trata da extinção da política de assentamentos. Os camponeses que obtiveram a concessão de uso por tempo indefinido da terra desapropriada, sob indenização e estatizada terão de comprar o terreno, tornando-se um devedor por dez anos. Se não tiver condições de comprar, perderá a concessão e será expulso. A parcela que cumprir as exigências poderá vender sua propriedade. Nas condições extremamente difíceis de tocar a terra, é previsível que os novos proprietários se verão diante da ofensiva de fazendeiros abastados. Estima-se que 1 milhão de famílias, de 9.332 assentamentos, entrarão no programa do governo golpista.

A reação do MST somente poderia ser de rechaço. Considera que a MP “retrocede inclusive em relação ao Estatuto da Terra”, elaborado pelo governo militar de Castelo Branco. Certamente está claro que a aliança golpista pretende debilitar ao máximo o movimento dos sem-terra. É conhecida as acusações de setores da oligarquia de que o MST se nutre do controle dos cadastros e da seleção dos camponeses que serão assentados, bem como da administração de recursos públicos destinados às cooperativas.

Já se tentou criminalizar o MST por meio de uma CPMI. Nada foi comprovado, mas se orientou a abrir processos contra alguns de seus dirigentes e a enquadrar as ocupações de terra como “ato de terrorismo”. A bancada ruralista não precisou demonstrar nenhuma das acusações de desvio de recursos. Usou a CPMI para que a imprensa monopolista fizesse a campanha denunciando que o movimento dos sem-terra seria formado por criminosos. Como não se conseguiu colocar na ilegalidade o MST e as demais organizações que recorrem às ocupações, se apertou o cerco da legislação e da ação policial. Recentemente, a Justiça de Goiás enquadrando dois de seus dirigentes na Lei 12.850 (antiterrorismo). Caso esse novo ataque não consiga liquidar com a capacidade de mobilização dos sem-terra, sem dúvida, a burguesia e seu Estado recorrerão a uma violência ainda mais virulenta.

Juntamente com o MST e demais organizações camponesas, populares e operárias, rechaçamos a MP 759. É necessário pôr em pé um movimento de frente única que responda de conjunto ao programa de ataque à vida dos explorados. Um passo que se dê na organização unitária em nível local, regional e nacional contra o governo golpista e sua política antinacional e antipopular fortalecerá a luta da maioria contra a minoria exploradora. Para isso, o próprio MST deve se libertar da política do PT e de seu novo objetivo, que é o de se reconstituir como oposição burguesa a Temer e disputar as eleições de 2018. Enquanto o movimento camponês depender das concessões do Estado

capitalista, não reunirá força para atingir o poder dos latifundiários.

A virada na política agrária exige um balanço sobre a situação. Não se trata apenas de um retrocesso. Tudo indica que é chegado o final de um processo. Esgotou-se ou está quase esgotada a via dos assentamentos, prevista no Estatuto da Terra (Lei 4.504, novembro de 1964) e adaptada pelos governos pós-ditadura militar. Recordemos que um dos motivos do golpe de 1964, considerado no conjunto da crise de governabilidade, foi o despertar da luta camponesa organizada pelas Ligas. O governo de Castelo Branco seguiu a orientação do imperialismo para a América Latina de se arrefecerem as rebeliões camponesas por meio de concessões do Estado.

A ditadura não apenas definiu o “modelo” de reforma agrária (assentamentos), as condições (desapropriação de latifúndios improdutivos, terras griladas e uso de terras públicas), os meios (indenização dos proprietários) e o instrumento político-administrativo (criação do Incra, etc.). O Estatuto da Terra é considerado o primeiro programa, no Brasil, que previu a reforma agrária. Nem mesmo o governo nacionalista de Getúlio Vargas se dispôs a assumir a questão camponesa. O governo de João Goulart se mostrou incapaz de enfrentar a oligarquia fundiária. Seu projeto de reforma agrária foi simplesmente vergonhoso (previa desapropriações de faixas de terras de ferrovias e rodovias). Coube ao regime militar a formulação de uma política de integração da Federação, concebida na forma de polos de incentivo econômico, cuja “reforma agrária” por assentamento e colonização serviria ao desenvolvimento nacional. Desmanteladas as Ligas Camponesas e retraído o movimento urbano dos explorados, a ditadura não viu por que acionar o Estatuto da Terra. Voltou a administração do Estado para a colonização e a agroindústria. Não foi necessário abrir a válvula de escape da “reforma agrária” por assentamento para proteger os latifúndios da investida camponesa.

A questão agrária voltou a perturbar os latifundiários e o Estado em meados dos anos 70 e se projetou no início de 1980. É compreensível que na retomada e reorganização da luta camponesa se apoiasse na fórmula da “função social da terra”, que embasa o Estatuto concebido pela ditadura. No entanto, até hoje, o MST, em cuja base está a CPT, manteve-se preso à “reforma agrária” regulamentada pela ditadura. O agravamento da luta de classes no campo levou o governo de José Sarney a criar o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e elaborar o Plano Nacional de Reforma Agrária. O objetivo anunciado foi o de justamente viabilizar o Estatuto da Terra. Ficou longe da meta de desapropriações e assentamentos. Da promessa de 1,4 milhão, cumpriu cerca de 90 mil. Esse resultado indicou, logo de início, o futuro da reforma agrária baseada no Estatuto da Terra. Trinta anos se passaram e a meta fixada por Sarney não foi plenamente atingida.

A “função social da terra” tem como real conteúdo a proteção da propriedade privada e sua estrutura latifundiária ultra concentrada. A elevação do imposto territorial rural foi a forma que o governo de Fernando Henrique Cardoso utilizou para pressionar os capitalistas que mantinham grandes extensões de terras intocadas, servindo tão somente de reserva de valor. As desapropriações, por sua vez, acabaram servindo a muitos proprietários que receberam altas indenizações. Milhões de hectares grilados nunca foram recuperados e parte foi regularizada pela mesma política agrária dos assentamentos.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

A resposta dos fazendeiros, grileiros e agroindustriais foi a de responder ao movimento dos sem-terra com ataques armados e assassinatos. O massacre de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, e o de Eldorado de Carajás (PA), de abril de 1996, expressaram a amplitude que chegava à luta de classes no campo. O governo de FHC se viu na contingência de impulsionar as desapropriações e os assentamentos. Em seus dois mandatos, assentou 540.704 agricultores, em 21.085.726 hectares. Lula não fez senão seguir o mesmo caminho: avançou para 614.088 agricultores e 48.291.182 hectares. Dilma Rousseff, por sua vez, derrubou para 107.354 agricultores e 2.956.208 hectares. É preciso que o movimento camponês reconheça que política de assentamento não é reforma agrária. Sua função é inequivocamente a de canalizar as aspirações dos oprimidos do campo e subordiná-los à política burguesa. Nisto, o MST ajudou a burguesia e seus governos.

Depois das experiências das Ligas Camponesas, o MST deu um salto à frente em organização e em capacidade de luta nacional. Antes de o governo e a Justiça se valerem da ignominiosa lei do terrorismo, Fernando H. Cardoso editou a MP 2.027-38, em maio de 2000, que proíbe a vistoria em terras ocupadas para efeito de assentamento. Atendia à reclamação dos latifundiários, da União Democrática Ruralista (UDR) e das associações patronais da agropecuária de que era preciso pôr limites ao MST e acabar com as ocupações de terra. Veio o governo de Lula e a MP foi mantida. Seu ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, não teve dúvidas em proclamar que a lei é para ser cumprida. Basta que se acabe com a capacidade do movimento de ocupar e impor o controle sobre a terra e assim se liquidará de vez com a bandeira da reforma agrária. Esse é o mal que tem atingido o MST. Não apenas devido às leis repressivas, que têm sido aplicadas regularmente, mas sobretudo à dependência do movimento ao PT e seu governo. A luta pelos assentamentos tem enfrentado a ferocidade da oligarquia e é fundamental apoiar as ocupações, mas sem ocultar que por essa via o fracasso é líquido e certo. A MP de compra e venda de Michel Temer indica que a aliança golpista está pela liquidação desse processo.

Observa-se que o período que cobre os governos de FHC e Lula foi de crescimento e queda das desapropriações e assentamentos. Dilma já não teve como manter o ritmo. A crise econômica inviabilizou a continuidade da política distributiva. Mas não devemos nos ater a esse obstáculo, que parece ser conjuntural. O fundamental é que a burguesia não teve interesse em modificar aspectos estruturais. Nunca houve realmente uma decisão de Estado de resolver o alto índice de terras improdutivas e de expulsão de camponeses premidos pelo avanço da concentração latifundiária e da mecanização. As diferenças e os desequilíbrios regionais continuam a se manifestar na coexistência de formas de atraso pré-capitalista e alto desenvolvimento capitalista. O campo expressa com maior clareza o desenvolvimento desigual do País. Em grande parte do Sul e Sudeste, a penetração capitalista nas relações de produção agrícola eliminou a necessidade da reforma agrária. O trabalhador camponês foi em grande medida proletarizado.

A agricultura familiar é muito desigual. Vai da produção de subsistência à capitalista. Essa escala caracteriza o predomínio do atraso e do avanço. De forma que a questão camponesa comparece mais agudamente no Nordeste e Norte. O que não quer dizer que deixou de ser um problema nacional. Volta-se inteiramente para o mercado interno e se subordina ao agronegócio. É o que a caracteriza no Sul e Sudeste. A maioria dos camponeses expressa a opressão exercida pela burguesia latifundiária. Por mais que se tenha feito propaganda governamental sobre a importância da agricultura familiar, o certo é que a maioria das famílias camponesas sobrevive em extrema dificuldade. A política de assentamento de camponeses que perderam sua pequena propriedade e que não se proletarizaram não tem como

caminhar no sentido contrário ao da concentração da propriedade e dos ditames do agronegócio.

Muita ilusão foi cultivada em torno da via do desenvolvimento agrário baseado na pequena e média propriedade e do trabalho familiar cooperativo. Expressa a utópica tese reformista da democratização da terra e da inclusão camponesa. Nessa mesma linha, muito se propagandeou sobre as virtudes da agricultura familiar para a segurança alimentar e para o equilíbrio ecológico. Não se pode, porém, determinar as tendências econômicas e suas consequências fora das relações capitalistas de produção e das ações concretas do Estado burguês. O predomínio do agronegócio condiciona o regime de propriedade agrária, a coexistência do latifúndio e minifúndio, a produção familiar para o mercado interno e a produção patronal para o mercado externo. Nenhuma política de Estado reverteu, nem reverterá a tendência à concentração da propriedade e à produção em escala.

O programa de implantação e desenvolvimento da pequena produção baseada no trabalho familiar, portanto, de raízes pré-capitalistas, não se sustenta. As experiências limitadas e em parte fracasadas com os assentamentos são a prova concreta. A constituição do governo do PT, que foi caracterizado de democrático-popular, serviu para demonstrar que a oligarquia permaneceu intocada. Foi o governo pretensamente reformista que se submeteu ao agronegócio e aos latifundiários e não o contrário. O governo Temer lança uma pá de cal sobre a política de desapropriação e assentamento tendo por base o fracasso do PT, que não fez senão seguir a política agrária de Fernando H. Cardoso, que seguiu a de José Sarney, que, por seu turno, procurou ativar o Estatuto da Terra da ditadura militar.

A luta camponesa pela pequena propriedade é uma característica de classe. Em outras palavras, da pequena-burguesia agrária. As tentativas do MST de estabelecer a produção coletivizada pela via das cooperativas esbarrou nas relações capitalistas de produção, nas heranças pré-capitalistas e nas aspirações do pequeno proprietário. É completamente compreensível que o camponês lute por conquistar a propriedade da terra, pois essa é sua condição de classe oprimida pela burguesia latifundiária, o agronegócio e os comerciantes. Não é compreensível que as direções do movimento assumam a política burguesa das desapropriações de terras improdutivas e assentamentos. Não há outro lugar reservado pelo capitalismo aos camponeses que não seja o da brutal submissão e opressão latifundiária.

A questão, portanto, é se há uma outra via. No programa proletário, está a resposta. O capitalismo é irreformável em todos aspectos e não apenas no agrário. Essa premissa advém do alto desenvolvimento das forças produtivas que se encontram em choque aberto com as relações capitalistas de produção (com a grande propriedade, o monopólio e o parasitismo financeiro). O Brasil é parte dessa realidade mundial. Sofre com sua desintegração, que é descarregada sobre a maioria nacional oprimida. O programa proletário objetiva modificar as relações de produção de conjunto. A questão da terra faz parte dessa tarefa histórica. A expropriação revolucionária da grande propriedade – nota-se, da grande propriedade – é o seu ponto de partida. O monopólio privado da terra deve ceder lugar ao monopólio estatal – ou seja, o solo deve ser nacionalizado. Tornar-se-á possível, assim, um planejamento voltado ao desenvolvimento das forças produtivas agrárias. Sem acabar com o monopólio capitalista da terra, o campesinato não se libertará da opressão que suporta há séculos.

O programa de transformação agrária anticapitalista exige a unidade operária e camponesa, que será alcançada respondendo a situações concretas, como diante do fato do governo Temer decidir cobrar dos assentados o valor da terra, da existência de milhares de camponeses que aguardam novos assentamentos, das terríveis condições da agricultura familiar do Nordeste e Norte, das ameaças de expulsão

dos camponeses mais pobres do Sudeste e Sul premidos pelo avanço do agronegócio, da crescente desnacionalização do solo com a penetração do capital internacional, com as precárias condições financeiras e técnica de produção, etc. Sem dúvida, é necessário desenvolver as lutas da classe operária urbana e rural, impulsionadas pelas reivindicações mais sentidas. É possível e imprescindível aproximar o máximo possível o movimento camponês que se choca com os latifundiários ao movimento operário.

A estratégia do governo operário e camponês não tem sido assimilada pelos explorados e oprimidos devido aos desvios construídos pelas direções reformistas e, fundamentalmente, pela ausência do partido revolucionário implantado no seio da classe operária. Mas as condições históricas e objetivas estão dadas para a defesa, explicação e propaganda da estratégia própria de poder da classe operária. Não

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Abaixo a reforma trabalhista de Michel Temer

O governo golpista está cumprindo seu programa prometido aos capitalistas. Publicou a reforma da previdência e, agora, a trabalhista. Tudo indica que estas serão as duas medidas de impacto que os explorados terão de responder já no início do ano. A PEC 241 (55), do Teto, é caso encerrado. Tratava-se da mudança constitucional estratégica para a aplicação da diretriz antinacional e antipopular. A MP 746 do ensino médio passou pela Câmara Federal. O governo respirou aliviado, uma vez que enfrentou uma onda de ocupações de escolas. Mas a sua aprovação final ainda será concluída pelo Senado. Sem dúvida, poderá dar lugar à resistência. De conjunto, está posta a tarefa de organizar um movimento local, regional e nacional para derrubar as reformas do governo golpista.

A denominada “minirreforma” trabalhista foi a contrapartida exigida pela fração burguesa industrial e de serviços. A fração do capital financeiro esteve e está empenhada no “ajuste fiscal”, que implicou a PEC do Teto e a PEC da previdência. Duas linhas paralelas e confluentes constituem o programa “Uma Ponte para o Futuro” do PMDB: de um lado, modificar a composição do Orçamento da União, garantir o superávit primário e estabilizar a gigantesca dívida pública; de outro, eliminar os aspectos fundamentais das leis trabalhistas que protegem em alguma medida a força de trabalho.

A primeira se materializa na PEC do Teto e na PEC da previdência; a segunda, na reforma trabalhista, que foi apresentada ainda como um primeiro passo, na forma de minirreforma. O golpe que derrubou Dilma Rousseff resultou da unidade burguesa entre o capital financeiro e industrial. O capital comercial os acompanhou. A plataforma do PMDB “Uma Ponte para o Futuro” expressa em termos econômicos os objetivos fundamentais da nova aliança de poder.

O diagnóstico da crise se concentra na explicação de que os grandes responsáveis são a previdência e os demais gastos obrigatórios, no caso, com a saúde, educação e programas sociais. A gigantesca dívida pública que sobrecarrega o Orçamento da União com uma enorme carga de juros entra no diagnóstico como objetivo a ser protegido à custa da previdência, da saúde, da educação, do salário mínimo, do Bolsa Família, etc. O fundamento da economia política burguesa se assenta na exploração do trabalho e acumulação de capital. Os efeitos da crise devem, assim, ser descarregados sobre as massas.

O essencial da reforma trabalhista está na mudança de princípio. O acordado passa a prevalecer sobre o legislado. Essa é a exigência de fundo do empresariado. Com essa mudança, liquida-se a CLT de uma penada. As leis trabalhistas perdem seu valor de contrato coletivo, geral. Passam a depender de acordos particulares entre o capitalista individualizado e o sindicato. Ou seja, os interesses particulares dos

se deve desconhecer ou ocultar que os camponeses somente se libertarão do jugo latifundiário com a revolução social, que levará ao poder a classe operária em aliança com a classe pequeno-burguesa. Não se deve desconhecer ou ocultar, portanto, a estratégia da ditadura do proletariado. É com o exercício do poder pela maioria oprimida sobre a minoria opressora que se levará adiante a revolução agrária. O proletariado socialista responderá às necessidades dos camponeses e criará as condições para se alcançar a avançada produção coletiva e a superação da aspiração da propriedade privada da terra.

Abaixo a MP 759!

Organizar a luta operária e camponesa contra o governo golpista de Temer!

Por um programa que unifique a maioria oprimida em torno do proletariado!

exploradores passam a prevalecer sobre os interesses gerais da classe operária. Não há como os explorados imponham conquistas aos capitalistas e seu Estado a não ser pela força geral de classe. O princípio do acordado sobre o legislado serve estritamente ao objetivo de alterar ou liquidar antigas conquistas dos explorados brasileiros.

Os capitalistas atribuem sua incapacidade de exportação, portanto, de concorrência, ao custo da força de trabalho (da mão de obra). Querem a sua redução. Em parte, a quebra de direitos servirá a esse objetivo. Na base de tudo, os capitalistas procuram aumentar a taxa de exploração do trabalho. Por essa via, protegem seus capitais, que sofrem com a tendencial queda da taxa média de lucro.

A flexibilização capitalista do trabalho concebida pelas multinacionais e por elas implantada gradativamente deve se generalizar a toda economia. O seu princípio maior é, precisamente, o da supremacia do acordado sobre o legislado. Os acordos por empresa correspondem à necessidade do capital em detrimento do trabalho.

Os explorados já experimentam na carne a terceirização parcial, que logo mais será integral, assim que o Senado aprovar o PL 4330/04. Os empregadores planejam no sentido de reduzir o custo das contratações, das demissões e dos direitos trabalhistas. A terceirização poderá ser usada livremente pelos patrões individualizados, grupos e monopólios. Com a minirreforma de Temer, caminha-se para a ampla desproteção da força de trabalho.

O pouco de serventia que tem a Justiça do Trabalho, com tais alterações, será reduzido drasticamente. O diagnóstico é o de que cairão brutalmente as ações trabalhistas e os gastos patronais com os acordos mediados pelos juízes.

Sem dúvida, trata-se de um dos ataques mais profundos contra antigas conquistas dos explorados. A burguesia ao invés de melhorar a vida das massas com a criação de riqueza a piora ainda mais. Se dá um passo à frente, em seguida, regride dois ou mais. Há muito as conquistas impressas na CLT vêm sendo solapadas. A flexibilização do trabalho é uma nova forma para o velho conteúdo da exploração capitalista.

O governo petista iludiu a maioria oprimida com a bandeira de inclusão social, reparação histórica, desenvolvimento sustentável com distribuição de renda e participação popular. Concluiu como incapaz de enfrentar a coalizão golpista. Não teve como se apoiar nas massas que já haviam se convencido por experiência própria que sua situação de pobreza, miséria e indigência não se modificaria de fato. A impotência do reformismo serviu para reforçar a tese marxista de que o capitalismo na época de decadência mundial é irreformável.

O apoio dos explorados ao reformismo petista, agora, evidencia o

alto preço. Aplinou o caminho para a volta da política francamente pró-imperialista e antipopular. Os anos de colaboração de classes mantiveram o proletariado desorganizado, atomizado e submetido às manobras da burocracia sindical serviçal. Não por acaso, não houve um só sinal de resistência das centrais e dos sindicatos à onda de demissão em massa que cobriu o ano de 2016 e continua não havendo.

A aliança golpista não apenas enxotou o PT do poder, como conseguiu dissolver o movimento de resistência estudantil e do funcionalismo. Movimento que levantou a bandeira de *abaixo a PEC 241* (55). Temer contou para isso com a passividade da classe operária. O que quer dizer, com o bloqueio da burocracia sindical.

A flexibilização capitalista do trabalho vem sendo negociada há muito tempo pelas direções sindicais petistas do ABC. Dilma Rousseff patrocinou o PPE, que atenta contra a CLT. A possibilidade de reduzir a jornada, reduzindo os salários, rompe um dos pilares da lei de proteção ao assalariado. As montadoras têm enfrentado a queda do mercado e o aumento do estoque aplicando o lay-off, férias coletivas e PDV. A burocracia sindical tem sacramentado essa via de proteção ao capital. Não por acaso, Temer manteve o PPE, agora rebatizado de PSE, para atender as multinacionais.

O argumento de que a classe operária tem mais a ganhar negociando a flexibilização do trabalho do que lutando por reivindicações próprias (redução da jornada, sem redução salarial, etc.) conduz à aceitação das demissões e à diminuição dos salários. Os acordos selados com a Volkswagen, Mercedes e Ford contribuem decisivamente para a reforma trabalhista, que no momento aparece como “minirreforma”.

Governo Temer aprova a PEC 55 e encaminha a Reforma da Previdência

O governo golpista encaminhou ao Congresso Nacional no dia 5 de dezembro a PEC 287, da Reforma da Previdência.

Oito dias depois, o Senado aprovou a PEC 55.

Trata-se de um pacote de medidas reacionárias, um profundo ataque ao conjunto dos trabalhadores. É resultado dos ditames do imperialismo, o qual exige a sangria das massas para garantir a manutenção do superávit primário, condição imposta para o pagamento da extorsiva dívida pública. Na base da reforma e da PEC, portanto, está a crise econômica, que emergiu em 2008 no Brasil, como manifestação da desagregação estrutural do capitalismo. A iniciativa responde também à sanha de setores da burguesia, interessados no avanço da privatização do sistema previdenciário.

As reformas de FHC, Lula e Dilma

Não é a primeira vez que colocam as mãos sujas em cima da aposentadoria dos explorados. FHC realizou um brutal ataque à Previdência, em 1998. Tornou-se célebre a fala do político tucano, chamando de “vagabundos” os que se aposentam antes dos 50 anos. Através da Emenda Constitucional 20/98, transformou o tempo de serviço em tempo de contribuição (30 anos para mulheres e 35 para homens); elevou a idade mínima para os trabalhadores do setor privado – 60 anos para homens e 55 para mulheres; instituiu também o fator previdenciário, reduzindo drasticamente o valor dos benefícios, já que o cálculo exigia que se levasse em conta a idade, o tempo de contribuição e a expectativa de vida dos trabalhadores.

Lula se encarregou de mais um passo na retirada de direitos, em 2003. Fez o que FHC não conseguiu: golpeou a Previdência pública, seguindo a diretriz do FMI. Usou os mesmos argumentos reacionários do PSDB: “déficit da Previdência”, “privilegio do funcionalismo

A CUT, em nota, condenou a atitude de Temer. Mas é visível a hipocrisia. Os burocratas são os grandes responsáveis pelo fato do governo golpista ter as mãos livres para arrebentar os direitos elementares dos assalariados. A burguesia e seu governo não temem a burocracia. Mas temem a classe operária organizada e independente. Não existindo esse risco, avançam contra a vida das massas.

O governo golpista está confiante de que a CUT não se lançará a um combate tenaz à sua política antinacional e antipopular. A Força Sindical participou das negociações da minirreforma, assim trabalha a seu favor. A burocracia dos sindicatos está profundamente comprometida com o patronato. Tudo fará para que não haja uma ruptura de classe nas bases sindicais. Para ela, a política de conciliação deve ser preservada custe o que custar aos explorados. Está claro que o golpe contra o governo do PT foi dado com a certeza de que não haveria uma ruptura na dominação da minoria exploradora sobre a maioria explorada.

Para derrotar a ofensiva do governo golpista e dos capitalistas, a classe operária deve despertar do sono profundo embalado pela política de conciliação de classes. Terá de passar por cima da burocracia venal e impulsionar sua organização independente. Está colocada a tarefa de ir às fábricas com a bandeira de “Abaixo as reformas trabalhista e previdenciária de Temer!” “Fim da flexibilização capitalista do trabalho!” “Não ao pagamento da dívida pública!” “Em defesa dos empregos e salários!” “Abaixo o governo golpista!” “Por um governo operário e camponês!” Organizar um movimento de frente única, local, regional e nacional em defesa do programa dos explorados.

público”, etc. Golpeou a aposentadoria integral; ativos e inativos passaram a ser obrigados a contribuir com 11%; atacou a paridade entre aposentados e trabalhadores da ativa; ampliou os descontos sobre as pensões; mexeu no teto do INSS e criou fundos de pensão com caráter complementar.

Dilma instituiu a fórmula 85/95, como alternativa ao cálculo do fator previdenciário. Com ela, a soma da idade e tempo de contribuição passou a ser 85 para mulheres e 95 para homens. Esses valores, entretanto, só valem para quem atinge o tempo mínimo de contribuição, a saber: 30 e 35 anos, para mulheres e homens, respectivamente.

O conteúdo da PEC 287

Agora, Temer assume a tarefa de fincar mais fundo a faca nas costas dos brasileiros. Vale lembrar que assumiu a presidência com o golpe institucional justamente em razão da petista não conseguir ir tão longe. Sentou no trono para fazer a sujeira que precisava ser feita, como exigia o capital financeiro.

A PEC 287 fixa a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria (com regra de transição para homens com mais de 55 e mulheres com mais de 50 anos). Com isso, elimina a distinção, que é uma conquista histórica, entre homens e mulheres (antes de 60 e 55, respectivamente); o tempo mínimo de contribuição para acessar o benefício, passa de 15 para 25 anos; para receber a aposentadoria integral, será necessário contribuir por 49 anos.

Os trabalhadores rurais contam hoje com a possibilidade de se aposentarem com 55 (elas) e 60 anos (eles), sendo obrigados a com-

provarem 15 anos de trabalho no campo, contribuindo com uma parcela da receita bruta daquilo que produzem. Com a nova PEC, terão de contribuir com o INSS, seguindo as mesmas regras para se aposentar (a partir dos 65, 25 anos de contribuição).

Os servidores públicos têm atualmente um regime próprio, separado da Previdência do setor privado. Os recursos advêm das contribuições dos trabalhadores e dos governos. Com a reforma, será eliminada a diferença entre o regime geral e o público.

Outros pontos também sofrerão mudanças, como as pensões por morte, além da obrigação de estados e municípios criarem fundos de previdência complementar – ou aderirem ao Funpresp, fundo já criado pelo governo federal. Nos privilégios dos militares, juizes, procuradores, etc., ninguém mexe.

Governo mente sobre a Previdência

São basicamente dois os argumentos do governo em favor da reforma: o chamado “rombo” da Previdência, com um déficit que se aprofunda em progressão geométrica; e o envelhecimento da população.

As aposentadorias urbanas e rurais fazem parte da Seguridade Social, assim como os benefícios sociais e despesas do Ministério da Saúde. As suas fontes são as contribuições dos trabalhadores, dos empregadores e do governo (através de impostos como a Cofins, o CSSL, o Pis-Pasep, impostos sobre exportações, sobre as loterias, entre outros).

A falácia consiste justamente em “desconsiderar” a parte que cabe ao governo no cálculo. Só assim a conta dá “negativa”. Na verdade, em 2015, houve superávit de quase 25 bilhões de reais. Ocorre que o governo se utiliza de manobras contábeis, enormes desvios de recursos e subsídios ao grande capital.

Os trabalhadores, por outro lado, não devem se apoiar no argumento do superávit para combater a reforma. Trata-se de um direito inalienável, conquistado com muito sangue da classe operária. A burguesia, contudo, pretende levar ao extremo a redução do número e de tempo de usufruto da aposentadoria. Se o capitalismo em crise não é capaz de garantir esse direito, então que morra o capitalismo! Para isso, a classe operária tem o programa socialista.

Aprovada a PEC 55!

A Reforma da Previdência se dá na mesma conjuntura em que

Falência, dificuldade e penúria dos estados. Quem arca com as consequências?

Qual o programa que responde à crise dos estados?

O projeto de lei de recuperação da dívida dos estados foi sancionado pelo governo golpista, mas com veto às alterações introduzidas na Câmara Federal. Os senadores aprovaram o PLP 257, recrudescendo ainda mais as condições de ajuste fiscal dos estados: não realização de concursos públicos por dois anos e fim dos incentivos fiscais.

Os deputados viram o dedo do governo nas alterações do projeto que já havia passado pela Câmara e decidiram fazer uma mudança final. Retiraram as contrapartidas exigidas pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles e alongaram ainda mais o prazo de quitação da dívida, passando para 360 meses. Rodrigo Maia, presidente da Câmara, denunciou as alterações do Senado como uma tentativa de privilegiar os “estados perdulários”.

Temer evitou transformar a derrota em colisão com a Câmara Federal. Aguardou alguns dias para vetar o capítulo indesejado sobre o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e Distrito Federal. Provavelmente, negociou nos bastidores o veto, anunciado no final de dezembro. O acontecido indica que não será muito fácil ao governo encaminhar a nova Lei sem retomar os conflitos federativos.

O PLP 257 altera a Lei 9496 de setembro de 1997, editada por Fer-

estão sendo aprovadas outras medidas de ataque, como o PLP 257 (negociação das dívidas com a União), a MP 746 (reforma do ensino médio) e a PEC 241 (55), do “teto dos gastos”.

A PEC 55 “congela” investimentos por vinte anos. De acordo com o texto, o orçamento do ano seguinte deverá ser igual ao anterior, ajustado pela inflação do período. O limite para despesas poderá ser revisado após dez anos. Educação e Saúde seriam atingidas a partir de 2018.

Na verdade, não se trata de “congelamento”, pois resulta na prática em uma desvinculação de receitas. Em outras palavras, o investimento deixará de seguir a dotação orçamentária definida em lei (uma porcentagem do PIB – Produto Interno Bruto), variando só pela inflação. No caso de retomada da economia, mesmo que tímida, o valor correspondente à elevação do PIB deixará de ser aplicado. Por essa razão, pode-se falar em “corte” de gastos (verbas a menos), e não de “congelamento”.

Os serviços públicos, dirigidos especialmente à maioria pobre do país, já precarizados, ficarão em situação ainda pior. As escolas e unidades de saúde, por exemplo, funcionam à mingua. Falta o material básico. Os salários estão arrojados e vêm piorando com a inflação. As condições de trabalho são insuportáveis. São inumeráveis os servidores que são afastados por doenças contraídas no/pelo trabalho. A população também sofre. Quantos não morrem nos corredores de hospitais! Quantos nem lá chegam, pela falta de ambulâncias e de leitos! Quantos saem da escola mal sabendo ler e escrever!

Combater usando o método da ação direta!

Essa situação insustentável deve ser enfrentada com uma ampla mobilização. Os explorados terão de combater as medidas do governo golpista em seu próprio terreno, com independência de classe: com as greves, bloqueios de estradas e avenidas, etc. É preciso impulsionar as tendências de luta, tendo em vista a necessidade de preparar as condições para uma greve geral.

O Partido Operário Revolucionário defende a constituição de uma frente única sindical nacional, que seja capaz de unificar os explorados em uma coluna massiva em defesa dos direitos, dos empregos, dos salários e das condições de vida. A classe operária deve estar à cabeça desse movimento, erguendo um sistema de reivindicações que parta das necessidades mais sentidas e estabeleça a ponte com as bandeiras estratégicas, que apontam para o governo operário e camponês.

nando Henrique Cardoso. Como se vê, trata-se de um velho problema, retomado em 2000 (Lei Complementar), 2001 (MP) e 2014 (Lei Complementar). A crise do endividamento público dos anos 80 foi às alturas nos anos 90. A criação do Plano Real, em 1994, se viu diante da situação de quebra dos estados. A burguesia não achou outra solução senão transferir, em 1997, para a União as suas dívidas. O que implicou um plano de 30 anos para quitar, que venceria em 2047. O caminho, no entanto, se mostrou acidentado. Não houve de fato a solução do problema. É o que mostram as várias negociações, com duas leis complementares e uma MP.

Segundo analistas, a origem de tudo está na centralização fiscal imposta pela ditadura militar nos anos 1970. Os estados não tinham como obter recursos próprios, contraíam empréstimos externos, de banqueiros nacionais e dos próprios bancos estaduais. O acúmulo de contradições e a chegada da crise se converteu em crise fiscal nos anos 1980 e 1990. Vista assim, é muito superficial para se chegar a um melhor entendimento da situação degradante dos estados. Basta ver que a Constituição de 1987/88 alterou a centralização e estabeleceu um novo pacto federativo (palavra mágica diante da bancarrota dos estados).

Hoje, uma das explicações para a crise é a de que o ICMS, arrecadado pelos estados, já não cobre as necessidades; e o repasse de impostos feito pela União é insuficiente.

O acordo de 1997 se montou mediante duras condições. Os estados teriam de abrir mão de seus bancos, privatizando-os e perderiam o direito de emitir títulos de dívida. Na realidade, não se substituiu a centralização da ditadura pela descentralização democrática. O que ocorreu foi uma mudança na forma da centralização. Os estados passaram a ter um grau de dependência ainda maior perante a União. Em 2000, é aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal, ditada pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, cuja função foi a de recrudescer o Plano Real, no que diz respeito ao seu aspecto fiscal. Nesta circunstância, foi aprovada a Lei Complementar 101, que previa “responsabilidade na gestão fiscal”, de forma a prevenir riscos e desequilíbrios nas contas públicas. Metas deveriam ser cumpridas. A belas intenções de planejamento e transparência foram soterradas.

Mais uma vez, volta-se à Lei Complementar, sob um governo que se instalou na presidência por meio de um golpe institucional. Estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul reconheceram a falência. Não têm como saldar as parcelas com a União, passaram a atrasar os salários, deixaram de repassar parte de recursos à saúde, educação, etc. Estima-se que 12, dos 26 estados, estão em situação pré-falimentar, ou seja, contraíram déficit primário (descontados os juros). No total, devem ao Tesouro da União R\$ 470 bilhões. Somente o estado do Rio de Janeiro carrega um déficit de R\$ 19 bilhões. O que levou o governador a decretar “Estado de Calamidade Pública”. O mesmo se passa com os outros dois importantes estados do Sul e Sudeste.

O acordo negociado com os governadores incluiu o apoio à PEC 241 (55) do Teto. Seguiu a mesma lógica da Lei Complementar 101, de 2000. Aplicar verticalmente o ajuste fiscal. Nota-se que se trata da mesma via traçada pelo governo antinacional e antipopular de Fernando H. Cardoso. Está prevista, como parte da PEC do Teto, a reforma da previdência. Os estados devem alterar para pior as condições previdenciárias de seus funcionários. Terão de arrochar os salários e cumprir as funções com menos trabalhadores. Os recursos sociais seguirão as metas de gastos. As estatais que restam aos estados terão de ser privatizadas. Diante de draconianas compensações, a União alongará por 20 anos as dívidas. As parcelas de 2016 foram suspensas até o fim do ano, serão retomadas gradualmente em 2017. Ocorre que havia estados que não conseguiriam pagar e o bloqueio dos repasses levaria a protestos, como os do Rio de Janeiro, que se voltariam contra o governo golpista. Havia também uma disputa travada no Supremo Tribunal Federal (STF). Os governadores pleiteavam uma mudança na forma dos juros pagos à União, de juros compostos para juros simples. A presidente do STF deu um prazo para Temer e os governadores se ajeitarem. Seria um desastre para o ajuste fiscal caso os juros cobrados dos estados passassem a ser regidos pela fórmula de juros simples. Nessas condições, se chegou ao PLP 257.

Os déficits primários de 12 estados e a decretação de calamidade pública no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul demonstram que a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei 9.496 da época de Fernando H. Cardoso acabaram sendo burladas. A camisa de força do pacto federativo serviu tão somente por um período. As forças econômicas, as necessidades sociais e caráter anárquico da produção social capitalista acabam por se sobrepor aos pretensos planejamento, meta, controle e transparência.

O alto endividamento público e as crises recorrentes são típicas do país semicolonial. As contas dos estados se desequilibram em conjunto com o desequilíbrio da União. O período de crescimento e de bonança para a classe média entre 2003 e 2008 sofreu um baque decisivo com

a retração econômica se tornando recessão em 2014. Nos cálculos do economista Amir Khair, a relação dívida pública da União e Produto Interno Bruto (PIB), em 2014, era de 51,5%, e, em 2015, 65,5%. Estima que chegará a 71%, em 2016. O déficit fiscal, portanto, também se desequilibrava com a profundidade e a persistência da recessão, considerada a mais longa e grave que a economia brasileira já enfrentou.

É preciso ter claro que a crise nacional é uma refração da crise mundial do capitalismo. A tentativa de Dilma Rousseff, em seu primeiro mandato, de rebaixar a taxa Selic que remunera os títulos da dívida pública fracassou e selou seu destino político. O capital financeiro se rebelou nos bastidores da política burguesa. Esse acontecimento evidenciou que não é possível a nenhuma aliança política sobreviver sem contar com a anuência dos banqueiros e aplicadores internacionais. Não por acaso, o dispêndio com juros corresponde a 81% do déficit fiscal, segundo Khair. Nas condições adversas de recessão, elevação da taxa de desemprego, ameaça de falência de grandes empresas e inadimplência popular, ressalta o caráter parasitário da dívida pública e da gigantesca carga de juros. No momento em que Fernando H. Cardoso montava o Plano Real, a dívida pública era de R\$ 80 bilhões e os juros chegaram a 40% ao ano, segundo a auditora Maria Lucia Fattorelli. Em pouco tempo, passou para a casa do trilhão. Em 2016, superou os R\$ 3 trilhões. Grande parte do esforço nacional é voltado à sustentação desse gigantesco parasita.

As dívidas dos estados integram esse enorme complexo regido pelos bancos nacionais e internacionais. Os vários ajustes fiscais, baseados em leis e leis complementares, apenas adiam a crise e a potencializam mais adiante. Os banqueiros são protegidos e a população paga caro pelo adiamento. Já se fez a CPI da dívida pública, sem que tivesse qualquer poder diante do “mercado”, como assim é chamado o capital financeiro. Já se revelou o caráter fraudulento da dívida. Já se comprovou que aí reside o verdadeiro “custo Brasil” e a poderosa trava ao desenvolvimento econômico.

Nenhum movimento burguês ou pequeno-burguês teve, nem terá como enfrentar o domínio do capital financeiro, que caracteriza o capitalismo da época imperialista. Podem reclamar, espernear e maldizer os saqueadores. Mas não passará de esperneio. É preciso que a classe operária tome a frente da luta contra os ajustes fiscais pró-capital financeiro e pró-imperialista. As bandeiras de não pagamento da dívida pública da União, estados e municípios e de defesa das condições de vida das massas, dos empregos, dos salários, da previdência social, da saúde e da educação estão na ordem do dia.

Os explorados devem começar por rechaçar o acordo dos governadores com o presidente golpista. Todos fazem parte da política burguesa de submissão ao capital financeiro. Não pestanejam em descarregar a crise sobre a população pobre e miserável.

O proletariado tem um programa formulado em muitos combates e teoricamente demonstrado como a via de superação das profundas contradições do capitalismo. Em sua base está a expropriação revolucionária do grande capital e implantação do controle operário coletivo. A estatização do capital financeiro é pré-condição para acabar com o parasitismo da dívida pública e destinar os recursos às necessidades do país. Essa é uma tarefa anticapitalista e anti-imperialista que cabe à classe operária enfrentar, liderando um movimento da maioria nacional oprimida.

O programa e as consequentes bandeiras colocadas pela situação contra o entreguismo, o parasitismo e a sangria do País exigem que a vanguarda revolucionária desenvolva no seio das massas a estratégia da ditadura do proletariado, do governo operário e camponês. O não pagamento da dívida e seu completo desconhecimento é uma das tarefas fundamentais da luta pela independência nacional, que somente poderá ser realizada pela revolução proletária.

Chacina de Manaus

Retrato da barbárie capitalista

A chacina no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus, foi imediatamente comparada com a do Carandiru, ocorrida em 1992, em São Paulo, na qual foram assassinados 111 detentos. Na de Manaus, morreram 56. A comparação se deve ao número elevado. Depois do Carandiru, a de Anísio Jobim é o maior banho de sangue nas penitenciárias brasileiras. Se somarmos as inúmeras rebeliões que concluíram em mortes coletivas, teremos mais nitidamente o retrato da barbárie social. É inevitável que se recorde a monstruosidade do Carandiru, não apenas pelo número de vítimas e pelo requinte de crueldade, mas também pelo fato de a chacina ter sido desfechada pela tropa de choque e pela impunidade que cobriu de infâmia a Justiça, os governantes e toda política burguesa.

Os mortos de Manaus não tiveram como algozes o aparato repressivo do Estado. Tudo indica que é verdadeira a informação que a chacina se deveu à guerra de facções do narcotráfico. A conta do horror passou a preencher a biografia da “Família do Norte” (FN), considerada a terceira maior facção do país, depois do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV). Segundo a explicação das autoridades, a FN se aliou com a CV, que controla o tráfico no Rio de Janeiro, contra o PCC de São Paulo. O objetivo da chacina foi o de varrer o PCC da região Norte, porta de entrada da cocaína boliviana, colombiana e peruana.

Os prisioneiros do PCC se encontravam segregados em um pavilhão próprio. O que indicava o risco de a guerra do tráfico resultar em tragédia. Basta essa informação para concluir que não havia garantias de segurança que impossibilitassem o confronto entre facções. Não se tratava de traficantes individualizados, mas de grupos organizados no presídio. A Polícia Federal vinha monitorando a disputa entre a Família do Norte e o PCC. Sabia, através da “Operação Muralla”, que se tratava de uma guerra.

As autoridades ainda não apresentaram a explicação de como a segurança dos presos do PCC foi rompida. Chama a atenção que os agentes penitenciários feitos reféns não sofreram com a violência. Parece que tudo estava muito bem planejado. Ninguém desconhece a convivência de policiais, agentes, juízes, etc. com o narcotráfico. É clara, portanto, a responsabilidade do Estado diante do massacre. Nesse sentido, a mortandade de Manaus também se identifica com a do Carandiru.

Em princípio, as autoridades carcerárias são responsáveis pela segurança dos presos. No entanto, basta ver as condições do sistema prisional do país para se contestar objetivamente a possibilidade do cumprimento dessa função elementar. Logo se usa o fato de que nos últimos tempos houve uma enorme elevação do número de detenções, que o Brasil já exhibe a quarta maior população carcerária do mundo, os presos são amontoados como entulhos humanos, faltam agentes públicos e por aí vai. Essa é a realidade, sobejamente conhecida. O que quer dizer que as condições para a chacina de Manaus estavam dadas e que outras ocorrerão. No entanto, como se trata da vida de presos ligados ao tráfico, basta explicar para a sociedade que o banho de sangue foi o resultado natural da guerra de



facções que se devoram entre si à margem da vida civilizada.

A Associação de Juizes Para Democracia (ADJ) atribui a matança o “encarceramento em massa”, os presídios como “masmorras medievais”, a “irracional guerra contra as drogas”, enfim, “o tratamento dos problemas sociais de um dos países mais desiguais do mundo como caso de polícia”. E conclui pela necessidade de se “refletir sobre a política punitiva”. Em geral, os vários aspectos expressos na declaração da ADJ são críticas justas. Mas, como fazem todos os críticos das consequências do capitalismo putrefato, se nega a ir às causas. Tomamos, porém, essa manifestação de juizes que se reivindicam do Estado Democrático de Direito e são opositores ao “Direito Penal como solução dos problemas estruturais” e da atual orientação punitiva do Estado, porque ajuda a refletir sobre a violência e os cárceres.

O massacre de Manaus expressa a barbárie capitalista. Essa é premissa geral, que consiste no elevado desenvolvimento das forças produtivas e na impossibilidade da burguesia, seu Estado, sua democracia e seu governo em convertê-las em meio de superação da pobreza, da miséria e do atraso cultural das massas. O crescimento da produção e o desenvolvimento da cultura ocorrem na forma de concentração que, de um lado, polariza a riqueza em poder da minoria burguesa e, de outro, a pobreza e miséria que esmagam a maioria operária, camponesa e trabalhadores de classe média urbana.

As ilhas da portentosa vida social da burguesia e da alta classe média estão cercadas pelo mar de carências e de necessidades básicas da maioria oprimida. Tem-se muita capacidade de produção, mas não se tem emprego para milhões. Têm-se excedentes de produção, mas não se tem acesso da maioria às necessidades mais elementares.

A crescente subordinação do campo à cidade se converte em grandes centros urbanos repletos de bairros miseráveis, de favelas e cortiços. As crianças e os jovens desde logo veem seu futuro comprometido pela carência de tudo e parte deles tem de suportar a desintegração da família. Essa descrição também está à vista de todos, mas é apresentada como natural e como transitória. A burguesia e seus governos impõem mais sacrifícios aos explorados em nome de um futuro melhor que nunca chega, nem chegará no capitalismo putrefato. Para tal falsificação, se recorre ao argumento de que o Brasil ainda é um país em desenvolvimento. Responsabiliza os milhares e mi-

lhares que recorrem ao crime pelas próprias condições sociais da criminalidade. O certo é que os criminosos são vítimas da sociedade de classes, do capital. Essa conclusão jamais poderá ser admitida pela classe que explora, por seus governos e por todos aqueles que usufruem das vantagens que o capitalismo proporciona à minoria.

O narcotráfico e suas facções têm se fortalecido, apesar de todo aparato repressivo do Estado. É uma das consequências da decomposição do capitalismo e do desenvolvimento de sua crise econômica mundial. Superlotar as penitenciárias de traficantes e travar a guerra policial nas favelas não resolve nada. O mais escandaloso fracasso foi a implantação, no Rio de Janeiro, das UPPs. Nenhuma força policial e judicial detém o narcotráfico. A explicação se encontra no mercado de drogas e no poderio financeiro da burguesia narcotraficante. Enquanto existir a compra dessa mercadoria, haverá quem produza.

Os meios de produção e as finanças pertencem à burguesia que lucra com as drogas. Os exploradores dessa modalidade subordinam camponeses e pequenos produtores; contraem transações com bancos, investidores; subornam autoridades governamentais, policiais e judiciais; lavam milhões em negócios supostamente lícitos. Para movimentar esse complexo aparato de produção e comercialização, arrematam um

batalhão de traficantes, que transportam, distribuem e vendem. Geralmente, no caso do Brasil, são jovens pobres, sendo a maioria negra. A quase totalidade dos 56 assassinados no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, provavelmente, se enquadra nessas condições.

Seria preciso que a fração burguesa narcotraficante perdesse todos os vínculos com a burguesia em geral para que se desfechasse um golpe mortal no narcotráfico. Mas os interesses econômicos e financeiros são mais poderosos que os aparatos repressivos e a moral hipócrita da sociedade burguesa. O que se passou na Anísio Jobim é apenas uma manifestação do que se passa diariamente fora das prisões.

Se se quer ter uma posição séria e honesta diante da tragédia de Manaus, é preciso partir do acontecimento para organizar a luta revolucionária contra o capitalismo em decomposição. Rechaçamos as explicações das autoridades que procuram ocultar a responsabilidade do Estado e daqueles que, por aspirarem a humanizar o capitalismo, se mostram impotentes diante da barbárie. Levantamos a constituição de um Tribunal Popular para investigar e encontrar os verdadeiros culpados. O narcotráfico desaparecerá com o desaparecimento da propriedade privada dos meios de produção e da burguesia. A revolução proletária é o ponto de partida para superar os flagelos da sociedade de classes.

Organizar de fato a luta contra o reajuste das tarifas do transporte coletivo

Os movimentos sociais e o Comitê Regional Unificado contra os aumentos de passagens realizaram o primeiro ato em Santo André. Os manifestantes se dirigiram até a prefeitura para exigir a revogação do aumento. O atual prefeito, Paulo Serra (PSDB), e seu assessor não receberam os representantes dos movimentos. O prefeito, diante da primeira manifestação, alegou que não foi “procurado por nenhum movimento social”. Começou seu mandato mentindo.

Novos atos foram convocados para Barueri, Osasco, Mauá e São Paulo. Trata-se de convocações pelas redes sociais, sem a participação das organizações populares, estudantis e sindicais.

Os municípios que mantiveram a tarifa congelada, R\$ 3,80, como São Paulo, há uma enorme campanha em torno dos custos dos transportes públicos. Os números divulgados mostram que o custo total do sistema vai subir de 31%, em 2016, para 40% neste ano, o que representa um desembolso de R\$ 75 milhões a mais por mês em subsídios.

Com isso, o prefeito Doria, apadrinhado de Alckmin, expõe sua política de redução de “benefícios”. Diz que cerca de 49% dos passageiros pagam a tarifa cheia de R\$ 3,80; 25% pagam tarifa com desconto (integração ou meia passagem para estudantes) e 24,6% de usuários não pagam tarifa (estudantes de baixa renda, idosos com mais de 60 anos e deficientes. Conclui que a prefeitura terá de financiar R\$ 2,67 por usuário de ônibus em 2017, muito acima dos R\$ 1,76 des-



pendido em 2016, e que, se fosse reajustar, a tarifa deveria ser de R\$ 4,06. Ainda mais, se custos fossem divididos igualmente por todos os passageiros, sem descontos e gratuidades, uma tarifa de R\$ 2,83 cobriria os custos do sistema. Aí está a chave do problema: eliminar os parques beneficentes aos estudantes e idosos. Não por acaso que se cogita elevar a idade de 60 para 65 anos para se obter a gratuidade nos transportes coletivos.

A promessa de campanha eleitoral de Doria terá vida curta. Logo mais, descarregará o custo dos transportes coletivos sobre a população, o que incluirá o corte de benefícios. Os movimentos sociais, juntamente com os sindicatos, devem se colocar pela organização da luta coletiva em defesa das reivindicações que unificam os explorados. Devem levantar a bandeira de “Passe livre para estudantes e desempregados”, nenhum corte de direitos (gratuidade aos idosos e deficientes). Devem propagandear a reivindicação de estatização de todo o sistema de transporte coletivo, sob o controle da classe operária. Devem defender os métodos próprios do proletariado, que são as assembleias, as manifestações, as greves, as ocupações e bloqueios. As redes sociais, que podem divulgar eventos, impõem respostas individuais aos problemas sociais, na maioria das vezes servindo para deixar de lado as campanhas de corpo a corpo, coletivas e de discussão, tão necessárias para construir movimentos, como esse do transporte público.

Experiências de ocupação em escolas por estudantes de Rondônia

Desde o mês de outubro, estudantes dos *Campi* do Instituto Federal de Educação de Rondônia iniciaram experiências de ocupação em diversos municípios do Estado. O protesto faz parte da pauta da luta nacional dos estudantes secundaristas contra a PEC 241/55, PLP 257/2016, Reforma do Ensino Médio (MP 746) e o Projeto de Lei 867/2015, Escola Sem Partido.

As ocupações no Estado não tiveram a mesma força que constatamos nos demais estados, dada a fragilidade em que se encontram as organizações de luta em todo país e que, em Rondônia, pela sua formação histórica, carecem de correntes radicalizadas forjadas no seio da luta estudantil e que encarnem um programa revolucionário. Mesmo assim, organizações espontâneas, seguindo o exemplo nacional e impulsionadas pela luta contra a política do governo Temer de destruição do ensino público, fizeram brotar no Estado importantes experiências, que precisam ser consideradas.

Primeiro iniciaram as ocupações nos *Campi* do IFRO no município de Colorado do Oeste, depois se seguiram as experiências de Vilhena e de Ji-Paraná, que não se sustentaram. O *campus* que conseguiu força para levar a cabo a ocupação por mais tempo foi o de Colorado do Oeste, que iniciou no dia 11 de outubro e se prolongou até o dia 20 de dezembro tendo, portanto, a duração de dois meses pelo fato de ter ganhado a adesão dos professores que também entraram em greve. Mas, logo que se iniciam as férias, os estudantes decidem desocupar, acompanhando o calendário de férias dos professores e por não terem a força dos estudantes do ensino superior do Instituto.

A experiência de ocupação dos estudantes no campus de Rolim de Moura

Os estudantes do campus de Rolim de Moura, da Universidade Federal de Rondônia, seguindo a mesma pauta de reivindicação nacional, acompanharam o exemplo do Instituto Federal de Educação do Estado. Para avançarem a ocupação, estudantes do curso de História, Pedagogia e Ciências da Natureza da Licenciatura em Educação do Campo buscaram apoio nos colegas e professores ligados aos movimentos sociais no estado, e chamaram a atenção para as consequências negativas que as massas poderão passar com a aprovação do pacote de medidas tomadas pelo governo Temer em torno da PEC 241/55, PLP 257/2016, Reforma do Ensino Médio (MP 746) e o Projeto de Lei 867/2015, Escola Sem Partido.

Na verdade, é a mesma pauta dos estudantes do IFRO Mas, nem os

estudantes da universidade, nem os do IFRO, buscaram uma interlocução entre eles para unificarem as lutas e tirarem ações de rua ou outras mobilizações importantes, que poderiam ser levantadas em conjunto para fortalecer a unidade nacional das lutas, com pautas únicas que unem nacionalmente estudantes, professores e funcionários dos institutos federais e das universidades.

Por outro lado, um ponto que deve unir também as mobilizações nos movimentos sociais é a luta contra a reação aos movimentos reivindicatórios dos explorados. Tanto na Unir/Campus de Rolim de Moura, quanto no IFRO, parcelas significativas dos estudantes reagiram contra a luta, à qual em Rolim de Moura deram o nome de Movimento Ocupacionista. Os estudantes dos cursos das Ciências Agrárias (Medicina Veterinária, Agronomia e Engenharia Florestal), fizeram protesto contra a ocupação, com manifestação no interior do *campus* em frente à sala da diretoria, local da ocupação, que durou apenas 9 dias, por falta de força, por causa da falta de adesão de professores, funcionários e estudantes, e de maturidade em ações de importante envergadura na luta dos explorados que são as ocupações.

Contra a ocupação no Instituto Federal de Educação em Colorado do Oeste, onde se deu a luta mais radicalizada e que durou mais de dois meses, passou também por um movimento estudantil contrário à ocupação e em oposição ao “**Ocupa IFRO**” se organiza a reação “**Desocupa IFRO**”. Estes procuraram o Ministério Público para coagir o movimento de ocupação, cobrando que o Ministério dê conta da reintegração de posse.

Como se vê, mais do que nunca precisamos de unidade das lutas dos explorados e de incluir na nossa discussão a luta contra a reação, que está se organizando de forma mais vigorosa frente ao aprofundamento da opressão de classe. Isso mostra, ainda, que precisamos erguer a bandeira da organização de uma frente de luta no interior do movimento estudantil nas escolas em todo país e em Rondônia, orientada por uma fração revolucionária, pôr em pé e fortalecer a Corrente Proletária Estudantil.

Adquira com o distribuidor de Massas: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT | A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro contém parte substancial da história do PT, de sua ascensão e queda. O mais importante, porém, se encontra na luta dos marxista-leninista-trotskistas em torno da formação do partido revolucionário. O livro *Ascensão e Queda do PT* é a prova viva do trabalho sistemático de elaboração do programa da revolução proletária.



Direção do SINTEST (PSOL) concilia com a reitoria da UFRN retaliação ao movimento

No dia 28 de dezembro, a direção do SINTEST e a reitoria assinaram o termo de acordo sobre a greve, que instituiu a retaliação ao movimento com a reposição dos dias parados durante a greve. O acordo legítimo, em suas considerações iniciais, a decisão do STF de corte de ponto, que sequer foi publicada oficialmente. A reposição dos dias parados é justamente uma derivação dessa decisão, pois a reitoria diz que, para não cortar o ponto, os dias parados devem ser repostos. Além disso, o acordo diz que a reposição da carga horária será acompanhada por meio do SIGRH (Sistema Integrado de Gestão), o que pode ser uma forma da reitoria tentar instituir o ponto eletrônico em outros setores que ainda não têm.

Esse termo de acordo é mais uma amostra dos consequências da política de oposição parlamentar/institucional contra a PEC 55 (241) que a reitoria adotou: trata-se de uma oposição no âmbito da democracia burguesa, limite este que a reitoria não tem como transpor, porque faz parte do ordenamento político e jurídico do Estado burguês, e por isso ela tende a se acomodar ao governo golpista; esgotando-se a via institucional, nada garantiria que a reitoria não se colocasse ao lado do governo Temer contra a greve dos técnicos, que era a real luta contra a PEC, pois se baseava no método grevista da classe operária. Mostra também a farsa da nota de apoio da greve aprovada no CONSAD pela reitoria sob a política de pressão institucional da direção do SINTEST, que só serviu para alimentar as ilusões institucionais nos órgãos antidemocráticos da burocracia universitária. Portanto, a reitoria que aprova nota de oposição institucional à PEC de Temer e de apoio à greve dos técnicos, é a mesma que esteve ao lado do governo federal reprimindo a greve do SINTEST. É essa reitoria que a direção do SINTEST (PSOL) tem defendido como progressista.

A orientação do CNG da FASUBRA (que confluiu com o conteúdo da greve por tempo determinado, de pressão parlamentar) de que a categoria deveria retornar ao trabalho dia 15/12, sem sequer ter obtido a garantia de não retaliação, capitulando diante da ameaça de corte de ponto, serviu para desarmar as bases para um enfrentamento direto contra a ameaça do governo, ressoada pelas reitorias. As negociações permaneceram descentralizadas e isoladas no âmbito de cada universidade, sob pressão do governo federal junto às respectivas reitorias. Alguns sindicatos acordaram que não houvesse a reposição dos dias

parados, mas outros não, como é o caso do SINTEST.

A direção do SINTEST (PSOL), que também conseguiu direcionar o comando local de greve, não organizou a categoria para a ação direta. Levou a greve “a banho Maria”. Apesar de ter defendido a greve nas assembleias, para não ter de se confrontar com a base, desde o início, trabalhou para arrefecer os ânimos da categoria e mantê-la no imobilismo, entoando discursos que culpabilizavam a base por não estar presente nas atividades e assembleias, quando na prática nada ou pouco faziam para que isso acontecesse. Nas assembleias, colocou a pró-reitora de gestão de pessoas duas vezes na mesa, que teve todo o tempo que quisesse para falar contra a greve. Apesar disso, a direção do SINTEST repetiu várias vezes que a reitoria era a favor da greve, e que fazia o que era possível “dentro das suas possibilidades como gestão”. Ao invés de organizar ações diretas para obter a garantia de não retaliação, diante da ameaça da reitoria da UFRN de corte de ponto caso não retornasse ao trabalho já no dia 09/12 (antes mesmo do prazo da ANDIFES), a direção do SINTEST defendeu essa mesma proposta da reitoria na assembleia, que perdeu para a proposta da orientação da FASUBRA.

O termo de acordo só veio a ser negociado quando a greve há muito já tinha sido encerrada. A reitoria pôde retaliar o movimento da forma como quis, e a direção nada mais fez do que concordar. Segundo informações do boletim de notícias da reitoria, a direção do SINTEST reconheceu que o acordo se tratava de “um avanço na cultura sindical do serviço público federal”. Até o dia 6/1, a direção do SINTEST sequer se pronunciou sobre isso, nem chamou assembleia. A política da direção (PSOL) não poderia ter levado a outro resultado. Privilegiar o “diálogo” com a reitoria e defender o “ponto de vista” da gestão, negociar o “mal menor”, ao invés de organizar a categoria para a luta direta: trata-se da política de conciliação/colaboração de classes, que só tende a trazer uma derrota atrás da outra para o movimento. Por isso, caso seja verdade a declaração da direção do SINTEST de que o acordo é um “avanço”, isso não seria estranho, pois é compatível com sua política de conciliação. A categoria dos técnicos não pode confiar nessa direção, e nas próximas lutas terá que tomá-las com suas próprias mãos e constituir uma direção revolucionária, para que possa alcançar suas reivindicações pelo método da ação direta.

Combater a PEC estadual do governo Camilo/PT

O governo Camilo Santana vem implementando as mesmas diretrizes de Michel Temer/PMDB/PSDB/DEM contra o funcionalismo público e a classe operária, para manter o caixa do estado e garantir o pagamento da dívida interna e externa aos capitalistas.

No último dia 12 de dezembro, o governo do estado, por meio dos Secretários da Fazenda Mauro Filho e do Planejamento Hugo Figueiredo, anunciou a PEC do gasto público estadual. Ela faz parte do “Pacto Nacional” que os estados fecharam com o governo Federal – para receber uma fatia maior do Imposto de Renda e a multa dos recursos arrecadados com a repatriação. Portanto, para reduzir o dispêndio financeiro com a máquina administrativa estadual por 10 anos, podendo ser revisto após seis anos.

Vejamos as principais medidas adotadas pelo governo Camilo/PT: 1) Redução das despesas correntes, ou seja, reduzir

em até 10% das despesas de custeio do estado para garantir a eficácia da administração pública. 2) Redução de cargos e salários comissionados, respectivamente em 25% e 10%. 3) Diminuição do número secretarias e órgãos. 4) Aumento das concessões em 2017 e 5) Aumento da contribuição dos servidores estaduais de 11% para 14%.

Diante do pacote do governo do estado, a direção da Apeoc (Anizio, Reginaldo e Cia/PT/PCO/PC do B) sequer convocou uma assembleia geral da categoria para discutir os ataques do governo.

É preciso combater as reformas do governo Camilo com greve, bloqueios de ruas, ocupação de prédios públicos e manifestação. Enfrentar as demissões e o desemprego local e regional e unificar em um só movimento a luta dos operários, camponeses, juventude e demais oprimidos. Esse é o caminho para pôr abaixo o ajuste fiscal dos governos do estado, municipal e federal.

Posição do Partido Operário Revolucionário sobre as agressões ocorridas no ato do dia 13/12

No dia 13/12, na manifestação convocada pela Frente Brasil Popular, Povo Sem Medo e Movimento Ocupa UFC, militantes do MTST entraram em confronto com militantes anarquistas, autonomistas e secundaristas que escondiam o rosto. Estes últimos, em menor número, sofreram violentas agressões físicas, com uso inclusive de uma barra de ferro, tomada dos próprios anarquistas, que resultou em dois hospitalizados e vários feridos. Não é de hoje que temos visto agressões no seio dos movimentos sociais. Nós próprios já fomos vítimas da burocracia sindical, que se diz socialista, e até de grupos autonomistas que se dizem antiautoritários. O POR rechaça por princípio o uso da violência entre as organizações como forma de resolver seus conflitos na luta de classes. Defende os métodos próprios à democracia operária para tais fins e levanta a bandeira da moral revolucionária no seio dos oprimidos.

As notas públicas lançadas pelo PSOL, pelo MTST e pela Frente Autônoma de Fortaleza, após o ocorrido, nos permitem compreender melhor os fatos e as versões conflitantes, e emitir um juízo acerca delas.

Entendemos que o bloco autônomo tem razão em criticar o eleitoralismo do ato do dia 13/12, que se restringiu ao “Fora Temer”, ou seja, a uma saída institucional para a crise política. Tem razão em dizer que os carros de som no máximo volume impedem que os grupos menores puxem palavras de ordem e que, até, não são abertos para a fala das correntes menores e demais participantes, especialmente quando a CUT participa na organização das manifestações. Tem razão em dizer que a manifestação se assemelhava a uma procissão pacífica e bem-comportada, que é o que ocorre quando não estão voltadas a derrotar o governo golpista e seus planos, mas apenas a desgastá-los eleitoralmente. Mas não tem razão de, em nome disso, colocar-se à frente da manifestação, quando não participou das reuniões de preparação do ato, que deliberou percurso, linha política etc. Trata-se de uma clara violação da democracia sindical. É preciso respeitar o direito de qualquer organização ou conjunto de organizações (independentes de suas posições políticas) de realizar seus atos livremente. Na ausência de qualquer acordo mínimo quanto à linha, aos objetivos e métodos, o mais sensato é não participar ou organizar seu próprio ato, o qual é preciso que as demais organizações divergentes reconheçam e respeitem igualmente. Nem é preciso dizer que esta regra básica da democracia operária não vale para os atos das organizações fascistas. A estes atacaremos sempre que pudermos e na medida em que a correlação de forças nos permitir. A ideia de que os atos públicos das esquerdas “não têm dono”, de que todo ato “é do povo” e que, portanto, qualquer organização pode fazer o que bem quiser neles é equivocada dos pés à cabeça. Observemos que a nota da Frente Autônoma de Fortaleza não traz nenhuma autocritica quanto a isso. Ao contrário, o consideram, equivocadamente, legítimo e correto.

O MTST tem, por isso, razão em dizer que os grupos anarquistas e autonomistas tentaram “tomar a direção do ato de modo autoritário e oportunista”. Mas não tem qualquer razão em ter respondido ao seu erro com agressão física. A violência empregada, com o agravante de ser completamente desproporcional (houve claro risco de morte!), demonstra que a

coordenação da manifestação se utilizou dos típicos métodos burocráticos e até, podemos dizer, gangsteris (rejeitamos o epíteto de “policial” ou “fascista” para ação do MTST) para resolver o conflito com os autonomistas. Mas não se trata aqui de igualar os dois “erros” ou de se dizer que houve simplesmente brigas entre manifestantes e “luta física, resultando em machucados de ambos os lados”, como diz a nota da direção estadual do PSOL. Existiu, de fato, como dizem os anarquistas e autonomistas, um “linchamento”, ao ponto do MTST reconhecer os excessos. Nesse sentido, é preciso que se apurem os fatos para se identificarem os responsáveis diante dos movimentos sociais. A direção do MTST se defende em sua nota pública, dizendo que o grupo de anarquistas e autonomistas, o qual intitulam de “black blocs”, recusou o diálogo. Acusação que, por sua vez, é lançada sobre o MTST pela nota pública da Frente Autônoma de Fortaleza. A Frente Povo Sem Medo diz que foi provocada por anarquistas e autonomistas, com um ‘pé de cabra’; que teve um rojão lançado em sua direção e que foi atingida por tinta dos anarquistas. A Frente Autônoma de Fortaleza, em contrapartida, rejeita estas acusações e a julgar pelo que narram em sua nota, nada disso existiu. Diante de versões tão conflitantes, é mister reconhecer que, talvez, apenas uma comissão independente de investigação possa recompor os fatos em si. Mas, independentemente deles, é sintomático que haja um notório silêncio em se investigar/denunciar a ameaça de estupro sofrida por uma manifestante anarquista que era espancada, em especial quando há tantas organizações feministas que se solidarizaram com a diretora da UNE, ameaçada nas redes sociais. Não houve por parte do MTST nenhuma autocritica por essa declaração e muito menos notas públicas dos movimentos feministas ligados ao reformismo contra esse fato. Dessa forma, cai a máscara da CUT e escancara o feminismo seletivo das correntes da esquerda democratizante. Por outro lado, é preciso denunciar a crescente criminalização, alimentada pelas burocracias sindicais e correntes reformistas no interior dos movimentos, contra a juventude que se mascara nas manifestações para se proteger da violência policial do Estado.

Os fatos do dia 13 servem para mostrar o quanto os movimentos sociais estão longe das tradições da unidade dos explorados sobre a base da democracia operária e da moral socialista. Se a burocracia sindical e o reformismo eleitoreiro são os campeões do burocratismo senil e opressor, os anarquistas/autonomistas não se saem muito melhor. Grande parte de suas organizações, quando se veem em situação de maioria nos movimentos, são as primeiras em suprimir a democracia e a agirem autoritariamente. A profunda crise que golpeia os trabalhadores em todo o país exige de todas as organizações, movimentos e correntes políticas a mais firme unidade. A construção de uma sólida Frente Única Sindical aberta a todos os lutadores e lutadoras, ampla, democrática e de luta é o único caminho não apenas para assegurar a unidade contra os ataques dos governos burgueses como para resolver, em suas instâncias, os problemas próprios do movimento operário, popular camponês e estudantil.

Regional do POR do Ceará

Reitoria e governo estão despejando o SINTUSP

Resistir unificadamente e com todos os meios possíveis Abaixo as grades!

Desde 06 de abril de 2016, o atual reitor Zago procura despejar o SINTUSP de sua sede. Inicialmente, o sindicato foi notificado por meio de um ofício. Posteriormente, o reitor recorre à justiça e consegue liminar de reintegração de posse, com uso de força policial. Em 21 de dezembro de 2016, inicia a obra de cercamento da área que inclui o sindicato e o centro acadêmico da Escola de Comunicações e Artes. Desta maneira, se cumpre a decisão judicial e se faz valer a política privatista da reitoria.

Porque a reitoria quer despejar o SINTUSP?

A reitoria é um instrumento do Estado burguês para controlar a universidade. Possui interesses próprios de casta burocrática, mas, em essência, age conforme os ditames da burguesia, que precisa valorizar seu capital. Não havendo como reinvesti-lo integralmente na produção, resta privatizar os serviços, dentre eles a educação pública. Em momentos de crise econômica, como a que estamos vivendo, essa pressão se avoluma consideravelmente.

Esse processo de privatização tem tomado a forma inicial de demissão do funcionalismo, para subsequente substituição por serviços terceirizados. Destruição de postos de trabalho e funções (como a de cozinheiro e auxiliar de cozinha). Destruição do hospital universitário. Destruição da permanência estudantil. Veto à abertura de concurso público, dentre outros. Tais medidas pioram visivelmente as condições de trabalho e estudo.

O despejo do SINTUSP serve a esse propósito, de modo a diminuir o poder de resistência. Se a organização e luta dos trabalhadores estiver enfraquecida, se tornará mais fácil implementar e avançar com a privatização.

Como responder?

Temos de responder constituindo um COMITÊ de DEFESA do SINTUSP. Este comitê é a forma organizativa, na qual se materializa a defesa coletiva do sindicato. O despejo do SINTUSP deixou de ser um problema exclusivo do SINTUSP. Passou a ser um problema do movimento sindical, estudantil e popular no seu conjunto. Os efeitos da reintegração de posse da sede do SINTUSP não recairão somente sobre os funcionários da USP. Afetarão de maneira imediata a organização estudantil, mas, fundamentalmente, será uma ferida na autonomia e liberdade de organização dos explorados e oprimidos que lutam pelas suas condições de vida.

Que todos os sindicatos, todas as centrais sindicais (CONLUTAS, CUT, CGT etc). MTST, MST, UNE, ANEL, partidos e correntes políticas de esquerda e demais organizações sociais se juntem à luta em defesa do SINTUSP. Um sindicato é um instrumento de luta dos explorados e oprimidos contra os exploradores e opressores. Se um estiver ameaçado, é tarefa de todos defendê-lo.

Diante do cerco do sindicato com grades, é preciso colocá-las abaixo por meio da mobilização. Não aceitar como fato consumado a perda do espaço a partir do cercamento. Não

permitir que Zago chegue à negociação de 26/1 com a faca e o queijo na mão, e a corda no pescoço dos funcionários. É preciso utilizar todos os meios disponíveis e toda força de mobilização possível para que, com uma forte campanha e unidade na luta, se construa um movimento forte o suficiente para derrotar Zago/Alckmin.

Reunião do dia 26 de janeiro

Dia 26 de janeiro haverá uma reunião entre a reitoria e o SINTUSP, no Ministério Público do Trabalho. Será que há alguma margem de negociação? Vejamos. As cercas já foram colocadas. O acesso ao sindicato se restringe a uma única entrada, controlada pela PM e pela guarda universitária. A colocação dessa cerca foi garantida por meio da força policial, incluindo a Força Tática, munida de rifles de balas de borracha e de efeito moral. Um dos diretores do sindicato foi impedido de entrar na sede por meio de dois revólveres apontados para a sua cabeça.

A repressão indica a indisposição da reitoria em negociar. Essa reunião foi marcada para desarmar os funcionários, enquanto a cerca era colocada. É preciso lembrar que ela só foi agendada após o primeiro ato de resistência física que os funcionários e apoiadores tomaram para impedir a colocação das grades.

Do ponto de vista prático, o SINTUSP já está cercado. A reintegração de posse já foi executada. O controle do espaço é da reitoria, que concede o acesso aos funcionários, mas exclusivamente em caráter temporário.

Reverter esse estado de coisas não se dará por meio de nenhuma negociação. A reversão se dará por meio da derrubada das grades, retomando o livre acesso ao sindicato.

A justiça patronal é nossa aliada?

Os aliados dos funcionários da USP são a classe operária, o campesinato e a juventude oprimida. A justiça patronal nunca será nossa aliada. Circunstancialmente, sob forte pressão ou por conta das disputas entre as frações capitalistas, ela dá causa ganha ao trabalhador, mas, em essência, ela é instrumento da burguesia, para se manter enquanto classe minoritária privilegiada.

Mas haverá quem se pergunte: “há chances da justiça intervir em favor do SINTUSP?”. Chances talvez haja, circunstancialmente. Mas a questão dada não é essa, mas sim: “o reitor cumprirá a determinação judicial?”. O histórico recente demonstra o descumprimento sistemático da reitoria dos acordos judiciais. Basta lembrar do corte de ponto que ainda não foi pago, ou do acordo com o movimento de *Ocupação da SAS*, contra a agressão à mulher moradora do CRUSP, que também obteve acordo favorável ao movimento e que até hoje não foi cumprido.

Pelo andar da carruagem, caso a justiça interviesse favorável ao SINTUSP, a reitoria também descumpriria. Do contrário, teria esperado o dia 26 para só então tomar alguma ação. Mas não é isso que vemos. O cercamento do sindicato está dado.

Caso a justiça mande tirar, o reitor desacetará.

Que contradição há entre o reitor e o governo tucano?

No dia 03 de janeiro, Alckmin esteve na universidade. Alguns funcionários foram até ele cobrar um parecer quanto ao gradeamento do sindicato. Obtiveram como resposta que: “a reintegração não seria feita sem negociação”. No dia seguinte, terminaram de colocar as cercas sob tutela de forte aparato repressivo da polícia desse mesmo governador.

Onde está a contradição no que se refere a despejar o SINTUSP? Nesse aspecto, não há. Reitoria e o governador estão alinhados no que se refere a retirar o sindicato da universidade. Concordam com o despejo porque também estão de acordo em terceirizar e privatizar a universidade. Os interesses econômicos impõem convergência política no ataque ao sindicato. Qualquer possível diferença de interesses eleitorais que haja entre governo e reitoria não são determinantes nesse caso.

Diante do despejo, qual a responsabilidade da direção do sindicato?

A reação a um ataque desse porte certamente é menor nesse período do ano. Isso porque o esvaziamento da universidade, devido às férias, retira a possibilidade de massificar a luta, por meio das forças internas à própria universidade. Nessas condições, está dada a ação da vanguarda, de modo a cumprir a deliberação da assembleia de resistir física e politicamente à reintegração de posse. Em particular, a direção do sindicato tem responsabilidade maior em cumprir com a deliberação.

É certo que os riscos colocados em tais circunstâncias são maiores. A vanguarda estaria mais exposta a processos e perseguições políticas, ou mesmo ser presa e responder a processo criminal, como já ocorreu em outras vezes. No caso dos funcionários, podendo até mesmo implicar em demissão. Mesmo assim, a vanguarda e principalmente a direção do sindicato devem agir para defender o sindicato.

Processos e o temor da demissão

É preciso reconhecer que há três semanas tem se conformado uma resistência. Mas as medidas tomadas se esgotaram. É hora de avançar nos métodos, agir na ofensiva e cumprir o que foi deliberado em assembleia. Se as forças são poucas, então que se adeque a ação ao número de pessoas.

A direção do SINTUSP foi eleita para defender os interesses gerais de todos os funcionários. No cumprimento dessa tarefa sempre haverá riscos e é preciso enfrentá-los. Do contrário, o sindicato estará a serviço de proteger os que estão mais imediatamente na berlinda e não para defender todos. E, a médio prazo, a perda do sindicato será uma força negativa a todos os funcionários, independente se hoje estão com seus empregos mais ou menos ameaçados. A falta ou o enfraquecimento do sindicato implicará em ameaça a todos os empregos.

Ademais, a defesa dos empregos se dá com luta. O mesmo

ocorre em relação aos processados. Os processados e perseguidos políticos devem recorrer à justiça para se defender, mas sempre subordinando o jurídico ao político. Porque é do movimento que emana a força necessária para dobrar a justiça. E, apesar dos processos e perseguições em alguns momentos se darem de maneira individual, a repressão é voltada contra o coletivo que luta por suas reivindicações. Por isso, a repressão da universidade contra os militantes deve ser respondida com mobilização. Que deve se construir a partir da defesa das necessidades gerais por meio da luta.

Devemos aceitar uma possível oferta de outra sede?

Não podemos aceitar outra sede. O SINTUSP está há mais de 50 anos na sede atual. Há uma história de luta que se encerra nesse espaço. Mas, além disso, sair significará mais uma vitória da reitoria e a derrota do sindicato. O problema não é o “endereço” do sindicato, mas a sua autonomia e liberdade de organização e manifestação.

Qual a importância dos parlamentares nessa luta?

Parlamentares como Eduardo Suplicy e Carlos Giannazi estiveram alguns dias no SINTUSP, se colocando em favor da luta. A presença deles tem importância na medida em que podem contribuir para publicizar o ataque. No entanto, eles por si só não evitarão o despejo.

Evitar que o SINTUSP seja despejado será uma vitória do movimento. Por isso temos de confiar em nossas próprias forças. Somente a ação coletiva organizada poderá derrotar a reitoria e proteger a sede do sindicato.

Fim do reitorado! Por um GOVERNO TRIPARTITE!

A investida da reitoria sobre o SINTUSP é mais uma prova do quanto é maléfica a existência do reitorado. Enquanto houver a casta burocrática haverá ataque às condições de trabalho e estudo. Não se trata da figura do Zago. Ele apenas é quem encarna tal política nesse momento. Mas poderia ser qualquer outro. Porque o problema de fundo não é a pessoa quem executa as medidas, mas as forças econômicas por trás dessas medidas. E, nesse quesito, independe da pessoa, terá de aplicar a política privatista.

É por isso que a luta em defesa do SINTUSP deve se desenvolver para a luta contra o reitorado. Derrubar a casta burocrática do poder a instaurar o poder da maioria: GOVERNO TRIPARTITE. Em que estudantes, funcionários e professores (do movimento) administrarão a universidade conforme suas necessidades, e não conforme os interesses do capital.

O GOVERNO TRIPARTITE será eleito por voto universal, com mandato revogável e estará subordinado à Assembleia Geral Universitária. Ou seja, a maioria passará a ter poder de decisão sobre a universidade, e tais decisões estarão subordinadas ao movimento, por meio da assembleia dos três setores.



Manifesto ao 33º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Governos desfecham ataques sem precedentes sobre os trabalhadores.

Responder no terreno da independência de classe e com os métodos da ação coletiva

DERROTAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

DERRUBAR A PEC 55!

NÃO À REFORMA TRABALHISTA!

RECHAÇAR A MP 746 (REFORMA DO ENSINO MÉDIO)!

REJEITAR A MP 759 (“REFORMA DA REFORMA AGRÁRIA”)

NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA!

COMBATER AS MEDIDAS COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE E COM O MÉTODO DA AÇÃO DIRETA!

POR UMA FRENTE ÚNICA SINDICAL NACIONAL!

PREPARAR AS CONDIÇÕES PARA A GREVE GERAL!

ABAIXO O GOVERNO GOLPISTA, POR UM GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS!

EM DEFESA DO SOCIALISMO!

Os trabalhadores e a juventude começam o ano de 2017 com uma tarefa inadiável: precisam derrotar os ataques gravíssimos do governo golpista de Temer. Postergar a convocação dos setores e categorias à luta significa dar tempo à classe dominante para aplicar as medidas reacionárias.

Qual é o caminho da derrota? É direcionar o movimento ao fortalecimento da oposição institucional-parlamentar, para desgastar o atual o governo eleitoralmente, com vistas na eleição de 2018. É depositar fichas na conciliação de classes. É manter as lutas isoladas.

Qual é o caminho para a vitória? É a luta massiva, unitária, independente dos governos e patrões, com o método da ação direta e organizada através da democracia operária. É ligar o combate em defesa do emprego, dos salários e dos direitos à luta para pôr abaixo o governo golpista, pela constituição de um governo operário e camponês, em defesa da revolução e do socialismo.

O que motiva as reformas?

É preciso levar em conta a raiz do plano de ajuste. Os setores ligados ao PT alegam que o problema está na aliança golpista, que logrou destituir Dilma e agora aplica a “agenda do retrocesso”. Afirmam que o impeachment foi orquestrado para pôr abaixo os “avanços” do governo “democrático e popular”. Em outras palavras, Dilma caiu pelo que fez de “bom”.

Os golpistas dizem que as reformas são necessárias para “arrumar a casa”, acusando os governos petistas de terem provocado “desequilíbrios” nas contas com os desvios relacionados à corrupção e com a “imperícia” administrativa. Voltam todos os esforços para “recuperar a confiança dos investidores”, como condição para o país voltar a crescer.

A **Corrente Proletária na Educação** rejeita ambas explicações. A justificativa dos golpistas omite que a linha de cortar gastos para garantir o superávit primário serve tão somente para sustentar o parasitismo financeiro (camuflado com a impostura de “investidores”), através do pagamento da dívida

pública. Trata-se de uma política francamente pró-imperialista.

A alegação dos petistas, por sua vez, omite o verdadeiro motivo da queda de Dilma. Esta concluiu deposta porque se mostrou incapaz de aplicar a fundo a política de ajuste exigida pela burguesia. As MPs 664 e 665, além do PLP 257 (da renegociação da dívida dos estados, com conteúdo semelhante à PEC 55) não foram suficientes. Tais medidas não diferem em essência das reformas impostas por Temer.

A verdadeira raiz das reformas é a crise estrutural do capitalismo. Trata-se do poderoso choque entre as forças produtivas altamente potencializadas com as relações de produção monopolistas e com as fronteiras nacionais. O fenômeno da superprodução exige uma vigorosa destruição de forças produtivas. Em tal conjuntura, o imperialismo necessita ampliar o saque sobre as nações oprimidas e intensificar os mecanismos de exploração da força de trabalho.

A crise econômica acirra as disputas entre as distintas frações burguesas, particularmente em torno do orçamento do Estado. Diante das perdas, o redimensionamento das fatias do bolo torna-se inevitável. Daí a luta intestina pelo poder, que assumiu a forma da conspiração golpista. Daí também a continuidade da crise política. O que significa que as frações burguesas estão com um olho no peixe e outro no gato. Se, por um lado, comparecem unidas no que diz respeito às medidas de ataque sobre os explorados, por outro lado seguem disputando entre si a partilha do saque. O movimento dos trabalhadores e da juventude pode tirar vantagem desses atritos. O que exige a defesa das reivindicações próprias e a política de independência de classe.

Qual é o conteúdo das reformas?

Não é o caso de esmiuçar nesse manifesto os pontos de cada medida, e sim apontar suas linhas gerais:

- A **Reforma da Previdência** praticamente inviabilizará a aposentadoria. As absurdas exigências de 65 anos de idade e 49 de contribuição para receber o benefício integral são

um acinte. A eliminação do sistema próprio do funcionalismo significa a extinção de uma conquista dos trabalhadores. O fim da distinção entre homens e mulheres é um duro ataque às massas femininas.

Vale ressaltar que o argumento do governo de que há um enorme “rombo” na Previdência é puro engodo. A lei determina que a Seguridade Social, da qual a Previdência faz parte, seja sustentada pela contribuição dos trabalhadores, do patronato e dos governos. Para isso, falsifica a real situação da Previdência.

- A **PEC 55** (antiga 241) é a PEC do “teto dos gastos”. Impõe um “congelamento” dos investimentos por 20 anos, reajustando os valores apenas pela inflação. Na prática, resultará numa desvinculação de receitas. Ou seja, as verbas deixam de ser aplicadas de acordo com a dotação orçamentária fixada em lei. Acaso ocorra uma elevação do PIB (Produto Interno Bruto), os repasses deixarão de acompanhar esse índice. Por isso, não é preciso falar em “congelamento”. A PEC 55 resultará em corte de verbas que iriam para setores como a Saúde e a Educação.
- A **Reforma Trabalhista** anulará a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Isso porque colocará o “negociado acima do legislado”. Isto é, os acordos com os patrões se sobreporão às leis de defesa do trabalhador. Pretende-se, com essa alteração, ampliar a jornada de trabalho, extinguir direitos históricos e facilitar as demissões.
- A **MP 746**, da Reforma do Ensino Médio, busca “flexibilizar” o currículo. A justificativa dada é da falência do modelo atual. Omite-se que são os governos e a classe dominante os próprios responsáveis pelo fracasso do ensino. E usa-se a alegação para precarizar ainda mais a escola brasileira, favorecendo a rede privada, fechando escolas públicas (principalmente o noturno) e golpeando os trabalhadores do setor.
- A **MP 759** foi toscamente apelidada de “reforma da reforma agrária”. Introduzirá duas mudanças fundamentais: 1) emissão de titulação mediante a compra da terra pelos assentados; 2) controle do cadastro e seleção pelo Estado sem a intermediação do movimento dos sem-terra.

No primeiro caso, os camponeses poderão quitar o título de domínio em 10 anos, ou pagar à vista com o desconto estipulado. No segundo, a mudança na lei facultará assentamentos sem que os camponeses tenham de estar acampados e atribui aos municípios a decisão de quem será ou não selecionado, segundo um cadastro municipal.

Uma das primeiras medidas de Michel Temer foi a de extinguir o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Indicou que não haveria prioridade ao atendimento das reivindicações do movimento dos sem-terra. A MP 759, agora, revela que se trata da extinção da política de assentamentos.

Os camponeses que obtiveram a concessão de uso por tempo indefinido da terra desapropriada, sob indenização e estatuizada terão de comprar o terreno, tornando-se um devedor por dez anos. Se não tiver condições de comprar, perderá a

concessão e será expulso. A parcela que cumprir as exigências poderá vender sua propriedade. Nas condições extremamente difíceis de tocar a terra, é previsível que os novos proprietários se verão diante da ofensiva de fazendeiros abastados.

A dívida pública no centro do debate

O conjunto de reformas antinacional e antipopular de Temer está voltado para o corte de recursos dos setores sociais e transferência para compor o pagamento dos juros da dívida. Já é consumido cerca da metade do PIB com essa fórmula. O imperialismo, nas condições de crise, quer mais. A burguesia não pode mais nem distribuir migalhas, como antes. A navalha precisa ir mais fundo.

Daí a imensa relevância de concatenar a luta pelas reivindicações elementares, o que passa pelo combate às reformas, com a bandeira de enfrentamento à sangria das riquezas nacionais (dívida). O endividamento é um mecanismo de subordinação do país, de quebra de sua soberania. Consequentemente, a consigna de não pagamento da dívida corresponde ao choque anti-imperialista.

Por uma ampla mobilização nacional, sob a direção da classe operária

O funcionalismo público e a juventude têm protagonizado os protestos contra as medidas de arrocho. Esse é um fator progressista da situação. Contudo, essas manifestações têm enfrentado bloqueios políticos por parte de suas direções burocráticas, que até agora conseguiram impedir a unidade grevista nacional, têm conduzido os trabalhadores para o caminho da conciliação de classes e para o beco sem saída do eleitoralismo. Lamentavelmente, é esse o papel que tem cumprido a CNTE.

A gravidade da situação e o crescente rechaço às direções capituladoras têm levado as bases ao questionamento. Não são poucos os exemplos em que as propostas rebaixasadas das direções acabam ultrapassadas, levando à irrupção de greves e enfrentamentos mais radicais. É uma tendência da conjuntura. É preciso impulsionar essa disposição, atuando para transformar os levantes instintivos em ação consciente, classista.

Faz parte dessa tarefa intervir para que a classe operária rompa suas amarras e assuma a direção de um movimento unitário, substituindo o papel que hoje tem sido cumprido, de forma limitada, pelo funcionalismo e pelos estudantes – preservando a unidade com esses setores, evidentemente. É urgente a constituição de uma Frente Única Sindical nacional, que prepare as condições para erguer uma poderosa greve geral no país.

A **Corrente Proletária na Educação** comparece ao 33º Congresso da CNTE com essa linha programática, ciente de que a superação da crise capitalista (e a barbárie que a acompanha) depende de que a luta pelas reivindicações mais sentidas se ligue ao combate revolucionário pela destruição do capitalismo e construção do socialismo.

A posição das correntes ao 36º Congresso do ANDES-SN

Entre os dias 23 e 28 de Janeiro, ocorrerá o 36º Congresso do ANDES-SN. Docentes de universidades federais, estaduais, municipais e algumas particulares se reunirão para definir os rumos das lutas da categoria no próximo período. Já foi lançado o primeiro caderno de textos. Até o dia seis de janeiro, puderam ser enviadas as contribuições. Do material já divulgado, é possível observar a posição das correntes em relação ao tema 1, que trata da conjuntura e centralidade da luta. A Corrente Proletária da Educação atua no interior do movimento docente com o objetivo de constituir uma fração revolucionária que defenda o programa proletário para a educação como parte da tarefa de sepultar o capitalismo.

A diretoria do ANDES não é composta de forma proporcional. Na última eleição, diante da ameaça de reorganização de setores alinhados ao PT e PCdoB, a diretoria anterior que agrega militantes e simpatizantes do PSOL e PCB (além de independentes), aceitou a incorporação do PSTU em sua chapa. Assim, os textos da diretoria refletem esta combinação. Apesar disso, as correntes, por meio de seus sindicalizados, também lançaram suas posições. Um elemento comum a todos os textos das correntes é a valorização das ocupações estudantis de escolas e universidades como um elemento dinâmico da situação política nacional e sinalização de tendências de luta, por isso já colocamos aqui como questão geral.

A direção do ANDES permanece com o programa educacional reformista

No texto de conjuntura, o ANDES-SN parte da situação internacional, com o destaque para o aprofundamento da crise econômica mundial, a eleição de Trump e menciona o centenário da Revolução Russa. Repete as teses acadêmicas que atribuem o recuo do movimento operário nas décadas de 1980 e 1990 aos ajustes neoliberais, às novas tecnologias e formas de gestão e ao avanço do capitalismo no Leste Europeu e China. Não podem nominar a crise de direção revolucionária, uma vez que teriam de responsabilizar o estalinismo pelo profundo retrocesso teórico, político e organizativo da classe operária mundial.

Denuncia os planos de ajustes que se seguiram ao socorro aos bancos. Cita o caso grego, tratando da vitória do Syriza e considerando que houve uma traição por parte do primeiro ministro Tsipras. Afirma que estes fatos “devem servir de elementos de reflexão para os movimentos de esquerda no mundo inteiro”. A tese da direção, porém, não pode demonstrar quais reflexões devem ser feitas. Em seu interior, sobretudo os docentes próximos ao PSOL ficaram eufóricos com a eleição do Syriza, esta corrente se propôs a ser o Syriza no Brasil, um ajuntamento de distintas correntes subordinadas à estratégia reformista. Por isso, o texto não pode extrair a rica lição da luta dos explorados gregos e do desvio promovido pelo reformismo. Não pode apontar a impotência da pequena-burguesia em enfrentar o imperialismo. Responsabiliza a traição a um indivíduo e, com isso, evitam o balanço programático.

Corretamente, mostra o vínculo entre a desaceleração da economia chinesa, o fim do *boom* das *commodities* e a substituição de “governos de conciliação de classes” por “governos burgueses puro sangue” na América Latina. Com isso, adentra a situação nacional e a fragilidade do autodenominado “neo-desenvolvimentismo”. Mostra os limites dos governos petistas e detalha os efeitos da crise econômica mundial.

Orienta que a garantia de empregos de qualidade, terra, serviços públicos universais “somente serão conquistados com a luta da classe trabalhadora”. Nota-se a diluição das classes na noção genérica e imprecisa da classe trabalhadora. Não se nomina nem a classe revolucionária, o proletariado, e muito menos seus métodos e estratégia correspondentes.

Em relação à crise política, descreve que esta levou ao afastamento de Dilma e a ocupação ilegítima da presidência por Temer. Não faz um balanço da posição equivocada da direção que, seguindo os erros do PSTU na CSP-Conlutas, recusou-se a denunciar o golpe institucional e ficou à margem da categoria docente, que acabou se somando ao chamado do petismo para fazer a luta “pela democracia”. Sendo assim, as respostas ao golpe não trilharam o caminho da independência de classe.

Também repetindo a tese equivocada do PSTU, o texto da diretoria afirma que o movimento feminista foi fundamental para o afastamento de Cunha da presidência da Câmara. Esta impostura oculta que Cunha foi descartado após cumprir seu papel no golpe. Não foi removido por seu reacionarismo, que permanece intacto em muitos Cunhas, que povoam o Congresso Nacional. Sua prisão foi conveniente para cobrir a Lava Jato com a auréola da isenção e enfraquecer a tese da criminalização seletiva. Não passou de mais um elemento da crise interna do Estado e da política burguesa. O PSOL, por meio de Luciana Genro, chegou a festejar a Operação Lava Jato como se expressasse uma moralização da política burguesa. É preciso dizer com todas as letras que a Justiça burguesa não é capaz de punir os crimes de sua classe, esse julgamento depende da constituição dos Tribunais Populares.

A tese da diretoria descreve os ataques desfechados pelo governo Temer em relação à PEC do Teto, reforma trabalhista e previdenciária. Adota o termo “contrarreforma” como se ainda houvesse a possibilidade de reformas progressistas e duradouras na fase de decomposição do capitalismo. Procura apresentar receitas alternativas ao ajuste fiscal passíveis de arrastarem os explorados à ilusão no parlamento. Trata do imposto progressivo, da taxação de grandes fortunas, fim das isenções aos grandes grupos econômicos e à propagação “auditoria cidadã da dívida pública”, chegando a incluir timidamente a possibilidade da moratória. Não conclui que a tarefa de conter a sangria das riquezas nacionais por meio do mecanismo da dívida pública terá de ser resolvida pela luta anti-imperialista, da maioria nacional, por meio dos métodos da luta de classes.

Denuncia o avanço do obscurantismo e conservadorismo e a ameaça à vida das mulheres, homossexuais, negros e indígenas, porém adota as teses culturalistas, o que será aprofundado em seu texto específico sobre as opressões. Sinaliza a restrição ainda maior à atuação eleitoral que pode ser desencadeada pela PEC 36 e a intensificação da repressão e criminalização das lutas sociais.

Quanto à educação, nomina os ataques mais recentes do governo e em resposta afirma que o projeto educacional correspondente à política de conciliação de classes está esgotado. Porém, ergue como escudo o “projeto de educação do ANDES” que, em seu fundamento, mantém as premissas das propostas do PT antes de entrar no executivo federal, plasmadas no PNE da sociedade brasileira e no caderno 2 do ANDES. É esta defesa, junto com a dos serviços públicos, que está em sua proposta de centralidade da luta.

PCB propõe adoção da defesa da Universidade Popular e de realização do ENCLAT

O texto 4 traz a contribuição dos sindicalizados vinculados ao PCB. Trata do avanço de setores conservadores e reacionários na arena mundial, a exemplo da eleição de Trump e do Brexit. Analisa que é uma revolta despolitizada causada pela mídia corporativa, o senso comum e o processo político-eleitoral marcado pelo ascenso de forças conservadoras e reacionárias. Não pode comentar a crise de direção fruto do retrocesso político e organizativo sem se quer resvalar na crítica ao papel do próprio estalinismo, do qual é continuador, ainda que não abertamente.

No plano nacional, fala do impeachment e usurpação do governo

pelo ilegítimo Temer, mas não nomina como golpe parlamentar a remoção de Dilma. De forma enviesada diz que “A agenda neoliberal se coloca de um modo fulminante, na forma de um processo que, para setores da classe trabalhadora, também pode ser caracterizado como um ‘golpe parlamentar’”. Apresenta as mesmas alternativas do texto da direção ao ajuste fiscal.

Em suas teses sobre a educação, reafirma o programa do ANDES de defesa da “universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada” e tenta criar as condições para incluir a defesa de sua “universidade popular” condizente com sua estratégia de “poder popular”. No caso da bandeira estratégica, o “popular” dissolve as classes na categoria povo. O popular, que antes abrigava a perspectiva etapista de subordinação do proletariado a uma pretensa ala progressista da burguesia, agora é agitado no cotidiano como uma forma de aglutinar forças, em nome da “autonomia e autogoverno da classe trabalhadora”, enquanto que a defesa da revolução socialista e ditadura proletária fica restrita a alguns documentos partidários. A tese da universidade popular traz a expectativa de reformar a universidade existente por meio do “acesso, permanência, forma e conteúdo didático-pedagógicos voltados para os estudantes oriundos das camadas populares”.

Por fim, o texto do PCB clama pela unidade da “classe trabalhadora” e coloca como exemplos práticas desta unidade de ação o Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais e os Encontros Nacionais de Educação. Ambos organizados de forma avessa ao método da democracia operária em que os participantes decidem por maioria e minoria as políticas adotadas. No caso do FONASEFE, o método do consenso de cúpulas leva à subordinação de todo o movimento aos humores da burocracia cutista, como vimos nas limitações da greve de 2015 e na inconsequência do chamado à greve geral, em 2016, por parte das principais centrais. No caso dos ENEs, o método do chamado “consenso progressivo” impede a expressão de posições minoritárias, mesmo as aprovadas nas etapas estaduais, e já traz as resoluções prontas apenas para serem aclamadas pelos presentes.

O texto conclui com o balanço da CSP-Conlutas, considerado como espaço importante de aglutinação dos sindicatos e movimentos sociais combativos, mas não únicos. Critica a concepção política, estratégica e tática da central, além da metodologia dos congressos. Denuncia o hegemonismo, ainda que sem nominar que se refere à atuação do PSTU. Não chega a defender seu espaço de atuação sindical, até mesmo pela debilidade da Intersindical. No Congresso de 2008, PCB e PSOL se dividiram, dando origem a duas Intersindicais. A do PSOL flertou com a formação da CSP-Conlutas, mas rompeu e depois se autodenominou como uma outra central sindical. O PCB discordou da proclamação de uma nova central e faz da Intersindical uma frente de sindicatos. Sua corrente sindical, a Unidade Classista faz o chamado do ENCLAT, em 2017, o que se reflete em seu texto ao Congresso do ANDES. Ressalta que o objetivo deste encontro não é substituir as centrais existentes e nem fundar mais uma central ligada a um partido político. Propõe que seja preparado a partir do acordo das centrais e movimentos sociais de caráter nacional. Apesar do texto de apoio, não apresentou nenhuma proposta de resolução, demonstrando acordo com a que foi construída pela direção do ANDES.

PSTU e a tentativa de explicar sua negação do golpe

As diferenciações presentes do texto 2 se dão na caracterização do caso grego, em que afirma que “A vitória do Syriza representou, fundamentalmente, uma vitória do povo grego contra a política de austeridade da *troika* (FMI, BCE, UE). Mas o Syriza traiu o povo grego (...)”. Também fala que isso deve servir de experiência, mas assim como a diretoria não extrai as devidas lições.

Em relação ao cenário nacional, afirma que se abriu uma nova situ-

ação política com o aumento da polarização social a partir de junho de 2013, em que o movimento de massas não foi dirigido pelo PT. Afirma que “a crise política do Governo Dilma deve ser compreendida pela ruptura massiva da classe trabalhadora com o Governo do PT! Esse é o fato mais importante para a luta dos trabalhadores nesses últimos anos”. Denuncia que com a eleição de Lula, agudizou-se a cooptação da CUT, MST e movimentos contra as opressões. Não faz o balanço do voto crítico que chamou em Lula em 2002 e à insistência em aprovar em congressos sindicais e estudantis anteriores o apoio às candidaturas petistas. Atribui ao aumento de greves e lutas a sinalização para que a oposição da direita lançasse a ofensiva para remover Dilma. Considera que “a classe trabalhadora e seus setores mais explorados e oprimidos não foi, de forma organizada (com suas bandeiras e pautas)” nem às manifestações de defesa do governo e nem às convocadas pela oposição burguesa. Concorda que a Lava Jato é parcial, mas conclui que “não é tarefa da classe trabalhadora defender corrupto algum”. Ou seja, o PSTU distorce a explicação do golpe para justificar seu “Fora todos” que, na prática, fez coro com o Fora Dilma. Fez seguidismo em relação ao estado de ânimo das classes médias, por isso tenta dizer que Dilma caiu por causa da diferenciação política da “classe trabalhadora” e que a oposição de direita apenas se somou a esta movimentação.

O texto do PSTU insiste na negação do golpe. Tenta teorizar: “um golpe pressupõe um ataque às liberdades democráticas da população e do movimento de massas, em meio a uma ruptura das regras da democracia burguesa que culmina numa mudança do regime político. Para haver um golpe o governo do PT teria de ter, além do mais, contradições insolúveis com a burguesia e o imperialismo”. Não aponta que a soberania do voto popular foi violada por meio do mecanismo do impeachment.

Ao analisar os movimentos de 2016, critica as grandes centrais que não convocam a Greve Geral e as dificuldades de unificação impostas pela Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. Não faz um balanço sério da aventura divisionista promovida pelo PSTU que levou à ruptura de aparato da CUT e formação da Conlutas, depois rebatizada como CSP-Conlutas. Não trata do enquistamento da Central entre os setores do funcionalismo e sua dependência em relação à CUT, antes chamada de uma “casca vazia”.

O texto do PSTU conclui fazendo demagogia com o movimento negro ao afirmar que “a tese da ‘onda conservadora’ flerta com o mito da democracia racial”. Diz que as lutas recentes são lideradas por negros e negras e não reconhecer o avanço da “consciência racial” invisibiliza estas iniciativas, “como se só fossem válidas as lutas que tenham à frente homens, brancos e héteros”. Comemora o aumento da autodeclaração de negros como expressão desta “consciência racial”, sem relacionar como expressão das políticas afirmativas promovidas pelo governo petista. Com o exitismo característico do centrismo conclui que “os únicos derrotados foram aqueles que dedicaram suas energias em manter Dilma (PT) no poder e não lograram êxito. Ao contrário, os trabalhadores e a juventude não se sentem derrotados”.

A tese do PSTU conclui com a repetição do “Fora Temer”, a defesa da greve geral e por uma saída operária e socialista do governo dos trabalhadores baseado em conselhos populares. Uma mistura da perspectiva eleitoreira do governo dos trabalhadores com os conselhos populares. Não propõe uma resolução distinta da direção quanto à centralidade na luta.

O MAIS e o esforço em se diferenciar do PSTU

Fruto de uma cisão em julho de 2016, o MAIS fez da sua tese (Texto 6) um instrumento para demarcar suas diferenças em relação ao PSTU, sem apresentar nenhuma proposta de resolução. Inicia definindo o impeachment de Dilma como um “golpe parlamentar judiciário e midiático”. Avalia que diante deste processo a esquerda se dividiu em duas

posições, uma defensiva, composta pela Frente Povo sem Medo e Frente Brasil Popular, apenas a segunda frente é criticada pelo eleitoralismo e tentativa de reedição do projeto do PT e PCdoB. E outra “bastante minoritária” agrupada no Espaço Unidade de Ação criticada pelo MAIS pelo sectarismo e ultimatismo a que o “Fora Todos” do PSTU conduziu. O texto define, corretamente, que Dilma caiu pelas mãos da burguesia. Afirma que o apoio à deposição só se justificaria se tivesse caído pela mobilização dos trabalhadores contra os ataques, o que levaria a uma saída diferente de Temer no poder. Assim, passa à crítica atenuada à direção do ANDES-SN. Relativiza a posição da diretoria ao retomar as deliberações do Congresso em janeiro de 2016 e o CONAD em julho. E considera que o maior problema foi de “metodologia de trabalho”, pois poderia convocar uma reunião conjunta dos setores das IFES e IEES/IMES para consultar a base e corrigir a política.

A partir do resultado nas eleições aponta o avanço das forças conservadoras. Mostrando sua intenção de se aproximar do PSOL, considera seu resultado eleitoral como “ainda que modesto, inegavelmente vitorioso”. E recomenda ao PSOL que deixe de fazer alianças com partidos burgueses e aprenda com os erros do PT.

PCO e a crítica verborrágica à direção do ANDES a serviço da subordinação ao PT

O texto 7 que expressa a posição do PCO já em seu título caracteriza a posição da diretoria do ANDES/CSP como uma “capitulação histórica ao golpe da direita”. Atribui à política de defesa do “terceiro campo” e diferenciação em relação ao governo um objetivo de “inviabilizar a todo custo a possibilidade de unidade das forças políticas populares contra a direita e seu golpe reacionário”. Chega a falar de uma aliança do ANDES com a direita ou que sua política ultraesquerdista “defende os interesses da burguesia golpista”. Ao mesmo tempo em que exagera a crítica ao ANDES e CSP, o PCO silencia em relação às responsabilidades do PT seja como governo ou no combate ao golpe e medidas de Temer, com sua presença ainda expressiva no movimento sindical, camponês, popular e estudantil. Ao final, convoca as bases a recuperarem o ANDES como entidade em defesa dos trabalhadores, mal se disfarça seu alinhamento com os setores petistas que voltam a se fazer presentes no sindicato nacional, diante da dificuldade em continuar a sustentar a federação biônica Proifres.

O Trabalho (PT) e a proposta de desfiliação do ANDES à CSP-Conlutas

O texto 10 expressa a posição da corrente petista O Trabalho. Afirma que o impeachment abriu um “verdadeiro Estado de exceção”. Em uma avaliação rasteira considera que o povo trabalhador e suas organizações foram às ruas, que fizeram os “coxinhas” recuarem, mas não tiveram a “potência suficiente para barrar o processo do golpe”. Nenhuma linha sobre as medidas de ataque promovidas pelos governos petistas e muito menos sobre a subordinação das manifestações convocadas pelo PT e PCdoB ao parlamento e judiciário (instituições que eram parte do próprio golpe). Criticou a postura de “neutralidade” da direção do ANDES diante do impeachment e a participação nos atos da CSP que tinham como mote o “Fora Todos”.

O texto separa totalmente a política de Dilma, da política de Temer. Oculta, portanto, que toda a política antinacional e antipopular de Temer não se diferencia em sua essência da política de ajuste fiscal, privatista e de retirada de direitos conduzida pelo governo de Dilma. A diferença existente é de grau e de ritmo. Fala da defesa da greve geral, sem nenhum balanço da negação das direções cutistas em convocar as assembleias nas fábricas, canteiros de obras para movimentar a classe operária contra os ataques do governo golpista de Temer, sem fazer uma só menção à colaboração do sindicato metalúrgico do ABC na aplicação da flexibilização

capitalista do trabalho pelas multinacionais. Conclui propondo que o ANDES se desfilie da CSP, como se a disputa de aparato fosse capaz de levar à superação da fragmentação. Oculta a responsabilidade decisiva a reforma sindical de Lula que impulsionou a estatização das centrais e acirrou a competição de aparatos em torno do imposto sindical.

A política da CPE/POR

No Massas nº 533, publicamos a síntese de nosso texto de conjuntura, que além da descrição dos efeitos da crise econômica mundial, reafirma a tese marxista de que a solução do capital para a crise é destruir forças produtivas e que as guerras, intensificação da opressão nacional e ataques generalizados aos explorados no mundo são sintomas de um sistema em decomposição, portanto irreformável. Ergue a bandeira de não pagamento da dívida pública.

Na análise da situação política nacional caracteriza que houve um golpe institucional cujo fundamento é a violação da soberania do voto popular. Em vez do princípio democrático da revogabilidade dos mandatos por quem elegeu, algumas centenas de parlamentares substituíram os milhões de votos. A política de conciliação de classes do PT, desde antes de chegar à presidência, foi decisiva para que os explorados não pudessem enfrentar o golpe e tivessem dificuldades em responder às medidas de ataque de Temer. A estatização e burocratização das entidades de massa, assim como a fragmentação impulsionada pela Reforma Sindical de Lula são fortes obstáculos que precisam ser removidos. Considera que o divisionismo que originou a CSP-Conlutas tratou-se de um erro e que a posição ante o golpe evidenciou a incapacidade da central em responder no campo da independência de classe. Afirma que “A diretoria do ANDES, em consonância com as posições da CSP-Conlutas, acabou vacilando na caracterização da crise política, como se fosse indiferente à queda do governo. Ao não condenar o golpe, acabou se isolando de sua base”. E denuncia a tentativa da burocracia sindical cutista de reeditar a política de conciliação de classes, mesmo com Temer, o que explica o pouco empenho na construção da greve geral. Avalia que os dias nacionais de “esquentar” em geral, agregaram setores do funcionalismo e as direções sindicais. Permanece a necessidade de construir a greve geral que, para se concretizar terá de ser imposta pelas bases. Por isso coloca-se a necessidade das assembleias nas obras, fábricas, locais de trabalho e estudo.

O texto da Corrente Proletária na Educação valoriza a resistência estudantil, com o movimento de ocupações contra a MP 746, a Reforma do Ensino Médio, o que levou parte do funcionalismo à luta. Porém, reafirma a necessidade de que a classe operária rompa o pesado bloqueio das burocracias sindicais. Defende a aplicação da tática frentista local, regional e nacional para coordenar todas iniciativas que despontam isoladamente.

Conclui com a necessidade de um profundo balanço do programa reformista, a partir da experiência com os governos do PT. A conclusão é que “não há espaço no capitalismo em decomposição para reformas progressivas”. A consequência prática deste balanço implica colocar-se no terreno da independência de classe. Isso significa adotar a estratégia revolucionária, ou seja, a defesa do governo operário e camponês como fruto da revolução proletária. A tática correspondente a esta estratégia é a da ação direta, dos métodos próprios da classe operária, com greves, piquetes, ocupações, etc.

A proposta de resolução da CPE quanto à centralidade na luta é: “Constituir uma frente única contra o capital, o governo e o imperialismo que unifique as lutas contra as demissões, a alta do custo de vida, a reforma da previdência e trabalhista, os cortes na saúde, educação e moradia, o pagamento da dívida pública e em defesa de terra aos camponeses, indígenas e quilombolas. Combater a política de colaboração de classes. Em defesa da vida dos explorados, abaixo o governo golpista de Temer, por um governo operário e camponês”.

Nesta edição:

- Os explorados não devem ter nenhuma ilusão!
O sionismo será derrotado pela rebelião anti-imperialista dos povos oprimidos!
- A autodeterminação da Síria será produto da rebelião anti-imperialista e anticapitalista dos povos oprimidos do Oriente Médio!

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Aprovada a resolução contra novos assentamentos de Israel na Palestina
Os explorados não devem ter nenhuma ilusão!
O sionismo será derrotado pela rebelião anti-imperialista dos povos oprimidos!

Em 23 de dezembro de 2016, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução N° 2334, que exige deter “*imediatamente e completamente*” a construção de assentamentos israelenses em territórios palestinos da Cisjordânia. Trata-se da primeira medida contra Israel desde 2009 e a primeira que condena a construção de assentamentos israelenses. Segundo consta na resolução, toda “*medida arbitrária*” que mude a composição geográfica e “*status*” dos territórios palestinos ocupados por Israel será considerada como “*violações do direito internacional humanitário*”, reconhecido pelos Estados membros da ONU como determina a *Quarta Convenção de Genebra* e outras resoluções.

Para a ONU, se trata de uma resolução “*histórica*”, porque abriria caminho à constituição de dois Estados na Palestina, na base do respeito às fronteiras traçadas pela *Guerra dos Seis Dias*, de 1967. Mas, de fato, não passa de uma declaração abstrata e de uma condenação moral. Ocorre que não se prevê nenhuma sanção contra o Estado sionista e não se exige o imediato desmonte dos assentamentos já implantados.

Os palestinos continuarão a sofrer a expropriação de suas terras, os massacres, o cerco econômico e militar de Israel, com a aberta conivência do imperialismo. O fato da resolução condenar os “*atos de violência*” e o “*terrorismo*” demonstra que os métodos de usurpações e de extermínio poderão continuar sob a justificativa da defesa do Estado de Israel. Isso explica por que a Autoridade Nacional Palestina (ANP) recebeu a notícia com profundo ceticismo. A experiência demonstra que o Conselho de Segurança nunca punirá ou forçará Israel a cumprir as suas resoluções, uma vez que de seu fortalecimento e sobrevivência dependem em grande medida as movimentações imperialistas na região.

Apesar de a Resolução N° 2334 ser simbólica, a sua aprovação provocou um agravamento dos atritos diplomáticos e políticos entre Israel e o imperialismo, em particular com os EUA. Acontece que, segundo os estatutos do Conselho de Segurança, o veto de qualquer um de seus cinco membros-permanentes (Estados Unidos, Rússia, China, Inglaterra e França) é suficiente para a rejeição. Israel contava com o veto dos Es-



tados Unidos. Uma medida recorrente há mais de 20 anos e que servia de guarda-chuva político para Israel continuar com seu expansionismo colonialista sobre os territórios palestinos. Apesar de contar com 14 votos favoráveis, foi a abstenção dos EUA que permitiu a aprovação final.

A postura dos Estados Unidos foi avaliada pelo primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, como uma “*traição*” de Obama ao “*povo israelense*”. A resolução “*é vergonhosa*”, afirmou, e que Israel não irá aceitar nem obedecer a nenhuma “*ingerência externa*”. Decidiu então “*congelar*” as relações diplomáticas com os países que aprovaram a resolução e acenou cessar a ajuda financeira aos programas sociais da ONU.

Por sua vez, o presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que a resolução “*tornará difícil a negociação da paz*” e que, uma vez que assumindo a presidência, vetará quaisquer medidas legais ou jurídicas que o Conselho de Segurança imponha a Israel. Mas, também, que seu governo voltará à política exterior anterior de estabelecer um escudo diplomático, político e militar de proteção à Israel. Finalmente, assinalou que a ONU não passava de um “*clube de discussão*” e um organismo incapaz de consolidar “*o caminho da paz*”. Não houve quem respondesse à altura ao ataque do novo governo republicano. Pelo visto, não era preciso, uma vez que as medidas práticas contra o colonialismo sionista não foram e não estão previstas.

A questão está em que a rejeição de Netanyahu e de Trump se fundamenta no fato de que, apesar da resolução não prever sanções contra Israel, a resolução pode servir ao fortalecimento da campanha internacional de boicote comercial contra os produtos de assentamentos judeus em territórios ocupados e de cerco político contra sua política colonialista. Medidas nesse sentido já foram ensaiadas na Europa, ora visando a proteger da concorrência estrangeira à produção agrícola nacional, ora como medidas preventivas contra o crescimento das tensões sociais no continente.

Por outra parte, a posição da Inglaterra e da França se deve à avaliação de que uma escalada do conflito palestino-israelense aprofundará o descontentamento de importantes parcelas da população árabe que vive na Europa. No caso da Rússia e da China, é bem provável que sua aprovação se deveu ao interesse em fortalecer suas posições

no Oriente Médio, no momento em que os Estados Unidos realizam uma ofensiva no Iraque contra o Estado Islâmico e a Rússia se projeta na guerra civil internacionalizada na Síria.

Como se vê, a resolução reflete em grande parte as contradições e convulsões sociais e políticas pelas que passa o Oriente Médio e as que surgem do agravamento dos atritos entre as potências mundiais. Nesse quadro, a abstenção dos Estados Unidos na votação da Resolução N° 2334 poderia ser vista como uma tentativa de equacionar tais tendências. E não como uma ruptura com seu histórico aliado. Nos cálculos do imperialismo, está a necessidade de frear um levante das massas na Palestina que viria a confluir com as tendências de agravamento dos choques das massas árabes com os governos da feudal-burguesia e de rebelião contra o intervencionismo.

O problema está em que o expansionismo colonialista de Israel está ditado não pelas manobras diplomáticas, mas pelos interesses da poderosa fração da burguesia judia que se serve da usurpação de parte do território palestino para impulsionar sua indústria civil e militar e a produção agroindustrial. A resolução provavelmente será impotente para frear essas tendências. Mas servirá, sem dúvida, para agravar o quadro de desagregação social e política em Oriente Médio. Está aí por que a decisão de Trump no sentido de vetar a medida indicará até que ponto o capital monopolista norte-americano não pode se dar ao luxo de enfraquecer suas posições no Oriente Médio à custa de enfraquecer o mais seguro ponto de apoio a suas movimentações intervencionistas.

Destaca nessa situação o fato da ONU comparecer como um órgão sem poder real para impor suas decisões. É a força econômica e militar que cada potência pode exercer que impõe, em última instância, seus interesses gerais. É o que se observou na ocupação norte-americana do Iraque, quando o imperialismo agiu unilateralmente e em aberta ruptura com o “direito internacional” tão formalmente defendido pela ONU.

De tudo que temos dito acima, se desprende o caráter utópico e até reacionário da tese dos dois Estados como solução ao conflito palestino-israelense. Sob essa decisão, o imperialismo ajudou a burguesia sionista a implantar o Estado de Israel pela força do dinheiro e das armas, a expulsar os palestinos de suas terras e a dividir a Palestina. Nunca se respeitou a resolução e

a própria ONU serviu tão somente à política dos Estados Unidos, que se tornou hegemônica na Segunda Guerra Mundial, deslocando o poderio anglo-francês do Oriente Médio.

A bandeira de dois Estados serviu no passado ao sionismo, tanto é que foi terminantemente rejeitada pelos palestinos. Uma vez implantado o Estado judaico, seu objetivo real se evidenciou sem atenuantes. Tratava-se de ocupar toda a Palestina e subjugar sua população. A heroica resistência da nação oprimida, no entanto, retardou a finalização do processo. A ocupação gradual e a implantação dos assentamentos na Cisjordânia e Faixa de Gaza tem sido a forma para justificar o colonialismo sionista.

Não será com uma resolução da ONU, aprovada no apagar das luzes do governo de Barack Obama, que vergonhosamente se absteve, que se chegará à paz. Em absoluto, a resolução indica o agravamento da crise que cobre todo

o Oriente Médio. Os palestinos terão de retomar as rebeliões, que foram sufocadas a sangue. As massas árabes que se levantaram contra as ditaduras acumularam experiências. As guerras que trucidam o Iraque, a Síria, o Iêmen e a Líbia (Norte da África) se mostram diante dos povos oprimidos como bárbara intervenção do imperialismo e subserviência das frações da feudal burguesia árabe. A questão palestina poderá se relocalar em um patamar mais elevado de rebelião geral das massas árabes. Esse é o temor do imperialismo, que se expressou na divergência pontual do governo de Israel com o governo de Obama e que culminou com a abstenção do principal avalista do colonialismo sionista.

A Palestina e o Oriente Médio não poderão dar um passo sequer em favor da resolução de suas tarefas democráticas sem impor a derrota ao Estado sionista. Não há outra solução a não ser um único Estado socialista, que una os operários, camponeses e demais oprimidos palestinos e judeus. A derrocada do sionismo e do intervencionismo imperialista impulsionará a unidade das massas árabes e de todas as etnias à luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. É nestas circunstâncias que comparece a tarefa de construção dos partidos revolucionários e reconstrução da IV Internacional.



A autodeterminação da Síria será produto da rebelião anti-imperialista e anticapitalista dos povos oprimidos do Oriente Médio!

O início de 2017 traz um novo impasse à guerra civil internacionalizada na Síria. Diferentemente dos acordos de cessar fogo de 2016 - que dependiam fundamentalmente da Rússia e dos Estados Unidos-, desta vez, o acordo se estabelece pela aliança conjuntural entre Turquia, Irã e a Rússia. Enquanto o governo de Bashar Al-Assad continua a ser uma peça decorativa nas negociações, a oposição pró-imperialista foi deixada de lado e notificada dos acordos pelos representantes diplomáticos desses países.

Evidentemente, o governo Assad está subordinado às movimentações das burocracia e oligarquia russas. Sua sobrevivência depende do apoio do governo Putin. Porém, o afastamento das discussões e negociações da oposição pró-imperialista é um sinal não apenas da fraqueza política, social e militar da oposição pró-imperialista - praticamente desagregada e assimilada em grande parte pelas milícias jihadistas -; como fundamentalmente do recuo dos Estados Unidos na situação.

Está aí a importância estratégica da retomada de Aleppo pelas forças de Al-Assad, com apoio da maquinaria de guerra russa. O avanço das forças governamentais inviabilizou o plano do governo Obama de criar uma “administração paralela” ao governo sírio e, assim, criar uma base para a balcanização do país. Plano esse que contava com a cobertura diplomática de ONU. Diante do avanço militar do exército sírio, visando a proteger as posições das milícias que combatem Assad, foi apresentada por De Mistura (enviado especial), em meados de 2016, uma proposta que dividia a cidade em “unidades administrativas”. Corresponderia a cada força militar e política a administração dos territórios sob seu domínio, sob a supervisão da ONU. Ficavam fora do “acordo” a Frente al-Nusra (A-Qaeda) e o Estado Islâmico (EI).

Guardando as diferenças históricas, tratava-se essa de uma solução semelhante à aplicada a Berlim no pós-guerra, que impôs a divisão da cidade e do país em áreas de influência às potências vencedoras. Sem dúvida, a perspectiva da ONU e do imperialismo era a de aplicar ao país a divisão que surgia da particular correlação de forças alcançada na guerra civil internacionalizada. No entanto, a conquista de Aleppo pelas forças militares de Bashar Al-Assad e a retomada das relações turco-russas impediram que esse plano se impusesse. Jogaram um importante papel nesse desfecho a crise desencadeada pelas eleições nos Estados Unidos, o agravamento dos atritos da União Europeia com o governo Erdogan e o fortalecimento das organizações jihadistas à custa da lenta desagregação das forças do Exército Livre da Síria (ELS). O imperialismo achou-se assim enfraquecido em seus apoios internos e regionais. O que facilitou avançar o acordo turco-iraniano-russo.

É preciso observar até que ponto essa aliança liderada pela Rússia resistirá às pressões no novo governo republicano. Foi essa a realidade avaliada pelo presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump. Os cálculos de Trump consistem em

evitar que o fortalecimento da aliança circunstancial de apoio a Al Assad se imponha à custa dos interesses do imperialismo norte-americano. Foi noticiada a retomada da construção do gasoduto “Southstream II”, que passaria pela Turquia levando o gás russo à Europa, sem passar pela Ucrânia. Parece que Trump vê com bons olhos esse projeto, uma vez que limite o raio de ação da União Europeia e que permita às petroleiras que o apoiaram nas eleições a progredirem nos objetivos de pôr as mãos no setor energético russo.

Destaca-se, nesse quadro, a virada e as manobras táticas da Turquia. Lembremos que o combate ao Estado Islâmico desde o início serviu à burguesia turca para estender o controle sobre os territórios dos curdos-sírios, ricos em jazidas petrolíferas. Assim, se alinhou à aliança imperialista com o expresso objetivo de acabar com o governo de Al Assad. No entanto, os curdos também se serviram do intervencionismo das potências ocidentais para ganhar terreno diante de seus opressores nacionais. Finalmente, Erdogan admitiu que seria mais vantajosa a via apresentada pela Rússia. Os curdos não teriam tanto a ganhar, ou, talvez, teriam muito a perder. Tudo indica que um acordo com a Rússia permitirá a Turquia voltar suas forças militares contra os curdos. É necessário o seu esmagamento, para abortar as tendências autonomistas e negociar a repartição dos recursos naturais da Síria e das áreas de influência.

A retomada dos atentados terroristas no território turco expressa, de um lado, o recrudescimento dos ataques das organizações político-militares curdas, de outro, a reação do Estado Islâmico. Ainda não estão bem definidos os autores da ação terrorista que matou o embaixador russo, mas certamente objetivou atingir a aliança da Turquia com a Rússia e Irã, que afeta múltiplos interesses que vão do imperialismo, do sionismo, até as frações da feudal burguesia árabe.

Toda essa movimentação político-militar reforça a tese marxista-leninista-trotskista de que o povo sírio não poderá dar um só passo no caminho da autodeterminação nacional sem romper com a opressão nacional, exercida pelas forças do intervencionismo imperialista e grão-russas. Em toda a parte, os explorados devem levantar a bandeira de expulsão das forças invasoras e constituir um movimento anti-imperialista. É tarefa do internacionalismo proletário a luta pela autodeterminação da Síria. Evidentemente, a derrota das forças intervencionistas estrangeiras depende das massas não apenas se levantarem em armas, mas também de se colocarem sob o programa revolucionário.

É nessas condições que se coloca o programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Trata-se do programa que permitirá realizar as tarefas democráticas (independência nacional e unidade dos povos e etnias de Oriente Médio) com os métodos e a estratégia revolucionária do proletariado. É nessas circunstâncias históricas e concretas que se coloca objetivamente a tarefa de construção dos partidos revolucionários e reconstrução da IV Internacional.

Assimilar o leninismo

No Massas 533, expusemos as principais formulações sobre o partido, que constam do folheto “Tarefas dos Socialdemocratas Russos”, de 1897. Trata-se do enfrentamento de Lênin com os populistas, que se organizavam em torno do grupo Narodí-nai Volia (A Vontade do Povo) e do partido Narodínoe Pravo (Direito do Povo). O Narodí-nai Volia acabou por se transformar nos socialistas revolucionários. Lênin os rechaça por negarem o marxismo, separarem a luta política contra a autocracia da luta socialista e por adentrarem ao terrorismo. De forma que se chocavam com a tarefa de organizar o partido do proletariado, cujo embrião, nos dizeres do próprio Lênin, era a “União de luta pela emancipação da classe operária”, organizada em Petersburgo, 1895.

Como se trata de formulações que antecederam a obra “Que Fazer?”, resumiremos as colocações de Lênin dos artigos “O Nosso Programa (1899)”, “A nossa tarefa imediata (1899)” e “Tarefas urgentes do nosso movimento (1900)”. É bem explícita a compreensão de que o partido é o programa. Em outras palavras, há uma relação intrínseca entre a concepção marxista do partido, a sua particular organização e o programa que conduz o proletariado à luta pelo poder. A teoria e o seu desenvolvimento alicerçam o programa e este ao se fundir com o movimento da classe operária concretiza a teoria e a enriquece. Os fundamentos teóricos do programa se encontram no socialismo científico de Marx e Engels. A tarefa dos revolucionários começa por assimilá-lo sobre a base da experiência da luta de classes nacional e internacional.

Lênin mostra o cuidado que se deve ter em não estabelecer uma relação mecânica dos fundamentos do socialismo científico com o partido. Eis: “A doutrina de Marx estabeleceu as verdadeiras tarefas de um partido socialista revolucionário:

não inventar planos de reorganização da sociedade, nem pregar aos capitalistas e seus serviços a melhoria da situação dos operários, nem tampouco montar conspirações, mas organizar a luta de classe do proletariado e dirigir esta luta, cujo objetivo final é a conquista do poder político pelo proletariado e a organização da sociedade socialista. (...) Não consideramos a teoria de Marx como algo concluído e intangível; pelo contrário, nos convencemos que ela somente colocou os fundamentos da ciência que os socialistas devem desenvolver em todos os sentidos, se não pretendem ficar para trás na vida. Acreditamos, sobretudo, que os socialistas russos devem desenvolver por si próprios a teoria de Marx, porque essa só fornece os princípios diretos gerais, que se aplicam em cada caso em particular, na Inglaterra diferentemente da França, na França diferentemente da Alemanha, na Alemanha diferentemente da Rússia”.

No artigo “A Nossa Tarefa Imediata”, Lênin desenvolve a noção de particularidade nacional. Constata pela observação das diversas experiências do movimento operário europeu que não há um modelo acabado de construção partidária. De fato, na Rússia, a socialdemocracia se originou de círculos re-

volucionários que, por um período, puderam se desenvolver no seio do proletariado de forma mais ou menos isolada uns dos outros, mas que, no final do século XIX, já colocavam uma profunda transformação estrutural, deviam dar lugar a um partido centralizado e regido por um jornal que fosse um eficaz porta-voz nacional. No “Que Fazer?”, Lênin vai às últimas consequências na defesa dessa concepção. Em “A Nossa Tarefa Imediata”, coloca: “(...) devemos propor-nos o lançamento do jornal do partido, o seu regular aparecimento, a sua estreita vinculação a todos os grupos locais.” Por essa via, os revolucionários poderiam comparecer perante a classe operária como portadores do programa e da teoria marxista. As lutas locais e isoladas tendem a se generalizar e se transformar em luta política contra o Estado e seus opressores. A “luta espontânea” dos explorados deve se tornar em luta por “objetivos políticos e socialistas definidos”, para isso é preciso o partido centralizado, coeso e capacitado a se defender dos ataques dos exploradores.

Um ano depois, Lênin, no artigo “Tarefas Urgentes do Nosso Movimento”, dará maior ênfase e precisão a essa formulação: “A socialdemocracia é a fusão do movimento operário e do socialismo. O seu papel não é o de servir passivamente o movimento operário em cada uma das suas fases, mas o de expressar os interesses do conjunto do movimento operário, de lhe apontar o seu

alvo final, os seus objetivos políticos, de salvaguardar a sua independência política e ideológica. Desligado da socialdemocracia, o movimento operário degenera e transforma-se, por força, num movimento burguês: ao sustentar exclusivamente a luta econômica, a classe operária perde sua independência política, torna-se em apêndice dos outros partidos e atraiçoa a mais elevada bandeira – “A emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios trabalhadores”.

Lênin reporta-se ao Primeiro Congresso do POSDR de 1898, realizado em Minsk, para assinalar que se devia cumprir a tarefa de formulação do programa, da organização e da tática. Em especial, a questão da organização comparecia como o grande obstáculo para o desenvolvimento da luta revolucionária. Entendia que havia uma lacuna que não permitia à jovem geração de revolucionários superar os condicionamentos dos velhos militantes que resistiam em mudar os métodos organizativos. Faz uma das primeiras formulações sobre a natureza da militância, sua relação com o movimento operário e sua encarnação do programa e da tática. Assim formula: “Há que formar os homens que não só consagram à revolução os seus tempos livres, mas toda a sua vida; há que levantar uma organização tão considerável que possa aplicar uma rigorosa divisão do trabalho aos aspectos distintos da nossa atividade”.

As formulações do período que vai de 1894 a 1900, na forma de livro, folheto e artigo, preparam o caminho da obra que cercará o problema por todos os lados que a situação do movimento revolucionário russo exigia, que é “Que Fazer?”.

